

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE**

Luís Antônio Nogueira

**O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE BASEADO NAS
DIRETRIZES GRI COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO DA
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS**

**Araraquara – SP
2012**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE**

Luís Antônio Nogueira

**O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE BASEADO NAS
DIRETRIZES GRI COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO DA
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte de requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Prof. Dr. Zildo Gallo
Orientador

Araraquara – SP
2012

N712r Nogueira, Luís Antonio

O relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes GRI como ferramenta de comunicação da responsabilidade socioambiental das empresas/Luís Antonio Nogueira. – Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2012.

118f.

Dissertação (Mestrado)- Centro Universitário de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Zildo Gallo

1. Sustentabilidade empresarial. Relatórios de sustentabilidade.
3. Responsabilidade socioambiental. I. Título.

CDU 504.03

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NOGUEIRA, L. A. **O relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes GRI como ferramenta de comunicação da responsabilidade socioambiental das empresas.** 2012. 118f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara-SP.

ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Luis Antônio Nogueira

TÍTULO DO TRABALHO: O relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes GRI como ferramenta de comunicação da responsabilidade socioambiental das empresas

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2012

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede ao Centro Universitário de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.

Luís Antônio Nogueira
Rua Padre Duarte, 1295 - Centro
14801-320 – Araraquara - SP
lnogueirasp@yahoo.com.br

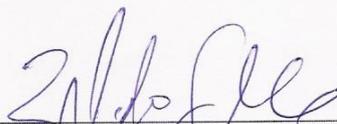
FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Luis Antônio Nogueira

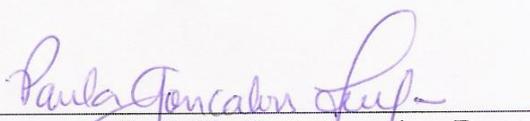
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Zildo Gallo
UNIARA - Araraquara



Profa Dra Paula Gonçalves Fenga
USP – Ribeirão Preto



Profa Dra. Ethel Cristina Chiari da Silva
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP, 14 de dezembro de 2012.

A Deus.

À minha esposa Márcia.

Aos meus filhos Bruno e Luís Guilherme.

Aos meus pais Antonio e Shirley.

À minha irmã Lenita,

E em memória de Eglair Mariano.

Sem eles, nada disso seria possível.

Agradecimentos

A Deus, por tudo que Ele representa na minha vida e a Maria, minha intercessora, rosto materno de Deus.

À minha família, que amo muito, pelo carinho, paciência e incentivo.

Ao Professor Dr. Zildo Gallo, pela confiança em mim depositada, pelo apoio e empenho na orientação da minha dissertação de Mestrado.

As Professoras convidadas que compuseram a Banca Examinadora, Dras Paula Gonçalves Fenga da Silva e Ethel Cristina Chiari da Silva, pelas contribuições realizadas neste trabalho.

Aos meus grandes amigos Renata Martinez, Rinaldo Pereira e Marcelo Ramos, com os quais iniciei e terminei esta jornada, juntos, mesmo que por caminhos diferentes.

Aos meus colegas Professores e a Direção do IMESB – Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro, nas pessoas das Professoras Luciana O. Sene e Vanda M. B. Romeiro.

A todas as funcionárias da Secretaria de mestrado, em especial a querida Ivani, pela torcida sempre providencial.

A todos os Colegas e Professores do Programa de Mestrado da UNIARA, pelo convívio e aprendizado.

Aos amigos com os quais tive o privilégio de conviver mais de perto durante as aulas e atividades do Curso de Mestrado, Emília, Jeniana, Gislaine, Paulo Viana e Paulo Moacyr, pelo companheirismo, pela força e a alegria, fazendo com que tudo se tornasse mais leve.

“Não se pode resolver os problemas utilizando o mesmo tipo de pensamento que usamos quando os criamos” (ALBERT EINSTEIN).

RESUMO

A constante evolução das discussões sobre a responsabilidade social das empresas fez com que as mesmas trocassem a postura antiga, essencialmente comercial e financeira, por outra que incluíssem os anseios socioambientais, valorizando fatores até então desprezados e marcando a era da Responsabilidade Socioambiental nas organizações. Surge, também, a necessidade de comunicar e dar transparência ao nível de responsabilidade socioambiental adotado através do Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade. Neste Contexto, a *Global Reporting Initiative* (GRI), preocupada em gerar relatórios de sustentabilidade completos, consistentes, confiáveis e padronizados internacionalmente, fixa as suas diretrizes para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, atualmente na terceira versão (G3), focadas no desempenho de seus indicadores. O objetivo principal do presente estudo é demonstrar o potencial dos Relatórios de Sustentabilidade elaborados mediante as diretrizes da terceira geração da GRI, como forma de evidenciar a responsabilidade socioambiental nas empresas. A pesquisa, de caráter descritivo, partiu de estudos e levantamentos bibliográficos e documentais sobre o tema, avaliou dados e informações presentes no site do Instituto ETHOS, da *Global Reporting Initiative* – GRI, para medir a evolução da quantidade de relatórios produzidos e publicados por organizações situadas no Brasil e no mundo, estudando, mais detalhadamente, os relatórios elaborados pelas empresas fixadas na região administrativa de Araraquara/SP, com foco na quantidade de indicadores declarados nas dimensões econômica, ambiental e social, em termos quantitativos, bem como, a sua evolução no decorrer do período, procurando identificar, através do conjunto de informações e do volume de indicadores declarados, nos Relatórios de Sustentabilidade, o nível de adesão ou de evidenciação efetiva aos indicadores sugeridos na terceira geração das diretrizes GRI, o que demonstra, em parte, o comprometimento com as boas práticas de responsabilidade socioambiental das organizações relatoras. Os resultados de nossa pesquisa demonstram, em relação aos relatórios produzidos e publicados pelas empresas da região de governo de Araraquara/SP, um bom grau de evidenciação (*disclosure*), uma evolução em termos quantitativos e percentuais, dos indicadores de desempenho informados e a preocupação, por parte das empresas analisadas, com a certificação e a validação externa das informações divulgadas, que, em nosso entendimento, aumenta a credibilidade em tais relatos.

Palavras-chave: Sustentabilidade empresarial 1, Relatórios de sustentabilidade 2, Responsabilidade sócio-ambiental 3.

ABSTRACT

The constant evolution of the discussions about the social responsibility of the companies, made them change the former attitude, essentially commercial and financial, for another one which included the socioenvironmental aspirations, giving more value to aspects that so far were left aside and starting the era of Socioenvironmental Responsibility in organizations. And also comes the need to communicate and to show transparency to the level of socioenvironmental responsibility adopted through the Social Balance or Sustainability Report. In such a context, the Global Reporting Initiative (GRI), focused on doing sustainability reports which are complete, consistent, reliable and internationally standardized, establish its guidelines to the elaboration of the Sustainability Reports, currently in the third version (G3), focused on the progress of its indicators. The main goal of the project is to demonstrate the potential of the Sustainability Reports elaborated through the guidelines from the third version of the GRI, as a way of showing the socioenvironmental responsibility in companies. The research, in a descriptive character, starts from studies and bibliographic and documentary surveys about the theme and aims to assess the data and information which can be found in the ETHOS Institute's website, besides the publication of the reports by the companies situated in the management area of Araraquara/SP, analyzing the social and environmental indicators, as well as, its development, indentifying the information and values shown in this statements indicates good practises of socioenvironmental responsibility, focusing on the number of indicators reported in the economic, environmental and social, in quantitative terms, as well as its evolution over the period, seeking to identify, through a set of information and volume indicators declared in Sustainability Reporting, the level of adherence to effective disclosure or indicators suggested in the third generation of GRI guidelines, which demonstrates, in part, a commitment to best practice environmental responsibility reporting organizations. The results of our research demonstrate, in relation to the reports produced and published by the companies of the region government of Araraquara/SP, a good degree of disclosure, an evolution in terms of quantity and percentage, performance indicators and informed concern by the companies analyzed, certification and validation of external disclosures, which, in our view, increases the credibility of such reports.

Key-words: Corporate sustainability 1, Sustainability reports 2, Socio-environmental responsibility 3.

Lista de Figuras

Figura 2.1 - Níveis de Aplicação das diretrizes GRI – G3	49
Figura 3.1 - Mapa da região de governo de Araraquara/SP	57

Lista de Quadros

Quadro 1.1 - Principais fatos que marcaram a noção de responsabilidade social até a GRI G-3	24
Quadro 1.2 - Composição da Carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresaria	30
Quadro 2.1 - Resumo dos indicadores referentes ao Perfil das organizações	37
Quadro 2.2 - Estrutura da sustentabilidade do <i>Global Reporting Initiative</i> – GRI.....	39
Quadro 2.3 - Visão geral da estrutura dos indicadores GRI.....	40
Quadro 2.4 - Indicadores de Desempenho Econômico	41
Quadro 2.5 - Indicadores de Desempenho Ambiental	42
Quadro 2.6 - Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas	43
Quadro 2.7 - Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos	44
Quadro 2.8 - Indicadores de Desempenho Social – Sociedade.....	45
Quadro 2.9 - Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto	46
Quadro 3.1 - Relatórios emitidos por empresas de grande porte na região de Araraquara/SP	59
Quadro 3.2 - Relatórios de Sustentabilidade GRI emitidos por empresas na região de Araraquara/SP	60
Quadro 3.3 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Econômicos – COSAN	61
Quadro 3.4 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Ambiental – COSAN	62
Quadro 3.5 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas COSAN.....	64
Quadro 3.6 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos – COSAN	65
Quadro 3.7 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Sociedade – COSAN	66
Quadro 3.8 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto – COSAN	66
Quadro 3.9 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Econômicos – EMBRAER.....	71
Quadro 3.10 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Ambiental – EMBRAER.....	71
Quadro 3.11 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas – EMBRAER	73

Quadro 3.12 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos – EMBRAER	74
Quadro 3.13 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Sociedade – EMBRAER	75
Quadro 3.14 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto – EMBRAER.....	75
Quadro 3.15 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Econômicos – HEINEKEN.....	80
Quadro 3.16 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Ambiental – HEINEKEN.....	80
Quadro 3.17 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas – HEINEKEN	81
Quadro 3.18 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos – HEINEKEN	82
Quadro 3.19 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Sociedade – HEINEKEN	83
Quadro 3.20 - <i>Check List</i> dos Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto – HEINEKEN.....	84

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1 - Quantidade de empresas no mundo que utilizam modelo GRI.....	50
Gráfico 2.2 - Quantidade de empresas no Brasil que utilizam modelo GRI	51
Gráfico 2.3 - Quantidade de empresas listadas no ISE/Bovespa que utilizam modelo GRI	51
Gráfico 2.4 - Comparação da empresas que adotam as diretrizes GRI	52
Gráfico 3.1 - Indicadores de Desempenho – COSAN.....	68
Gráfico 3.2 - Indicadores de Desempenho por Categoria – COSAN	69
Gráfico 3.3 - Indicadores de Desempenho – EMBRAER	77
Gráfico 3.4 - Indicadores de Desempenho por Categoria – EMBRAER	78
Gráfico 3.5 - Indicadores de Desempenho – HEINEKEN	85
Gráfico 3.6 - Indicadores de Desempenho por Categoria – HEINEKEN	86

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 - Quantidade de Indicadores Essenciais e Adicionais	47
Tabela 2.2 - Estrutura e Níveis dos relatórios com verificação em uso no Brasil.....	53
Tabela 3.1 - Classificação do Grau de Evidenciação Efetiva aos Indicadores GRI	56
Tabela 3.2 - Empresas cadastradas FIESP/CIESP – Região de Araraquara/SP.....	58
Tabela 3.3 - Análise dos resultados apurados nos Relatórios de Sustentabilidade – COSAN	67
Tabela 3.4 - Análise dos resultados apurados nos Relatórios de Sustentabilidade – EMBRAER	76
Tabela 3.5 - Análise dos resultados apurados nos Relatórios de Sustentabilidade – HEINEKEN	85
Tabela 3.6 - Demonstrativo do Grau de Evidenciação Efetiva – COSAN.....	87
Tabela 3.7 - Demonstrativo do Grau de Evidenciação Efetiva – EMBRAER	88
Tabela 3.8 - Demonstrativo do Grau de Evidenciação Efetiva – HEINEKEN.....	89

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros

CERES – Coalition for Environmentally Responsible Economies

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

DR ARARAQUARA – Delegacia Regional de Araraquara

EASP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FGV – Fundação Getulio Vargas

G3 – Terceira versão (geração) de diretrizes GRI

GRI – Global Reporting Initiative

GVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

PIB – Produto Interno Bruto

PLARSE – Programa Latino Americano de Responsabilidade Social Empresarial

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

Sumário

	Introdução	16
1	A empresa e o meio ambiente	20
1.1	O surgimento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	21
1.2	A comunicação das práticas sociais e ambientais através de relatórios	23
1.3	Relatórios sociais e ambientais	25
1.3.1	O balanço social e o relatório de sustentabilidade	25
1.3.2	O modelo IBASE	26
1.3.3	Os Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social	26
1.3.4	O relatório de sustentabilidade	28
1.3.5	O Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE)	29
2	O Relatório de Sustentabilidade GRI – G3	31
2.1	Estrutura do Relatório de Sustentabilidade da GRI	32
2.2	Princípios para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade GRI	33
2.3	Definição do Conteúdo do Relatório de Sustentabilidade GRI	35
2.3.1	Perfil	35
2.3.1.1	Estratégia e Análise	36
2.3.1.2	Perfil Organizacional	36
2.3.1.3	Parâmetros para o Relatório	36
2.3.1.4	Governança, compromissos e engajamento	37
2.3.2	Informações sobre forma e gestão	38
2.3.3	Indicadores de desempenho	38
2.4	Indicadores de desempenho	40
2.4.1	Desempenho Econômico	40
2.4.2	Desempenho Ambiental	41
2.4.3	Desempenho Social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	43
2.4.4	Desempenho Social – Direitos Humanos	44
2.4.5	Desempenho Social – Sociedade	45
2.4.6	Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto	45
2.5	Indicadores Essenciais e Adicionais	46
2.6	A utilização das diretrizes GRI pelas organizações como instrumento de comunicação das práticas socioambientais	47

2.7	Níveis de Aplicação das Diretrizes GRI (G3).....	48
2.8	A evolução da utilização dos Relatórios de Sustentabilidade GRI	49
2.9	Análise dos níveis de aplicação das diretrizes GRI G3 nos Relatórios publicados pelas empresas no Brasil	52
3	Metodologia da pesquisa	54
3.1	Crítérios para o exame dos Indicadores de Desempenho	54
3.2	O Grau de Evidenciação Efetiva – GEE	55
3.3	A região de Governo de Araraquara/SP	56
3.4	O Sistema FIESP / CIESP	57
3.5	As formas de comunicação das práticas socioambientais adotadas pelas empresas selecionadas na região de Araraquara/SP	58
3.6	Relatórios GRI G-3 emitidos pelas empresas da região de Araraquara/SP	60
3.7	Relatórios de Sustentabilidade – Usina Zanin (Grupo COSAN)	60
3.7.1	Análise dos indicadores de desempenho reportados – COSAN	61
3.7.2	Análise dos resultados dos indicadores de desempenho reportados – COSAN	67
3.8	Relatórios de Sustentabilidade – EMBRAER	70
3.8.1	Análise dos indicadores de desempenho reportados – EMBRAER	70
3.8.2	Análise dos resultados dos exames – EMBRAER	76
3.9	Relatórios de Sustentabilidade – Heineken Brasil (Cervejaria Kaiser)	79
3.9.1	Análise dos indicadores de desempenho reportados – Heineken Brasil	79
3.9.2	Análise dos resultados dos indicadores de desempenho reportados – Heineken Brasil	85
3.10	Cálculo do Grau de Evidenciação Efetiva dos relatórios analisados	87
4	Conclusões	90
	Referências	92
	Anexo A - Relação das empresas de grande porte cadastradas junto ao CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) regional de Araraquara/SP ...	94
	Anexo B - Formulário – Modelo de relatório nível C da GRI (em branco)	96
	Anexo C - Lista dos relatórios de sustentabilidade cadastrados junto a GRI (Base de dados)	114

Introdução

A constante evolução das discussões sobre a responsabilidade social das empresas contribuiu para que as mesmas, no decorrer dos anos, buscassem substituir a postura essencialmente comercial e financeira, até então dominante, por outra que integrasse os anseios socioambientais. Isso fez com que as organizações passassem a sinalizar para a sociedade, com maior atenção, o resultado de fatores até então pouco valorizados, marcando o início da Responsabilidade Socioambiental das Empresas.

Junto com essa mudança de postura e de comportamento, veio também, a necessidade de comunicar e tornar transparente o nível de responsabilidade social e ambiental adotado pelas organizações, o que acabou contribuindo com o surgimento do conceito de Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade.

Os relatórios de sustentabilidade vêm se tornando, cada vez mais, uma importante ferramenta de gestão e de comunicação das práticas sociais, ambientais e econômicas das corporações. Atualmente, mais de 2.200 relatórios são publicados anualmente por empresas de todo o mundo. No Brasil, no ano de 2010, mais de 130 empresas se utilizaram desta ferramenta, como forma de externar suas ações socioambientais, se comparadas com o ano de 2005, quando 14 relatórios foram publicados, verificamos um aumento significativo de 828,6%, no número total de relatórios publicados por empresas brasileiras (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

Neste contexto, a *Global Reporting Initiative* (GRI), na tentativa de gerar relatórios de sustentabilidade mais completos, consistentes, confiáveis e padronizados internacionalmente, lançou as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade. Atualmente, as diretrizes da GRI encontram-se na sua terceira versão (G3), o que tornou a ferramenta mais harmonizada com outras normas e padrões de responsabilidade socioambiental, além de diretrizes mais focadas no desempenho de seus indicadores e orientações mais claras para a compilação dos dados.

A presente pesquisa se justifica, tendo em vista o âmbito crescente da utilização do GRI (*Global Reporting Initiative*) por parte das grandes corporações, fato este que, também, vem ganhando destaque no meio acadêmico, que pode ser constatado através do aumento do número de publicações sob a forma de monografias, dissertações, teses, e artigos, sobre o assunto em questão.

Fora do espaço acadêmico, a importância da discussão dessa temática vem sendo realizada por meio de revistas e periódicos, além da criação de institutos e organizações que

abordam sobre a responsabilidade socioambiental corporativa, como é o caso do ETHOS, parceiro oficial do *Global Reporting Initiative* (GRI) no Brasil, que possui a missão de disseminar este instrumento de forma consistente, legitimando sua função de transformação positiva das organizações, por meio da transparência e do diálogo com as partes interessadas.

A elaboração do presente trabalho se restringe a análise e ao estudo dos indicadores de desempenho (essenciais e adicionais), propostos na terceira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI (G3), declarados nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas brasileiras, mais especificamente, daquelas fixadas na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, (Região de governo de Araraquara/SP) para o período compreendido entre os anos de 2007 a 2011 e a evolução dos mesmos no referido período.

Dadas as Diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, emanadas pela GRI, algumas questões podem ser levantadas:

Sendo os Relatórios de Sustentabilidade uma demonstração na qual são evidenciadas as informações relativas à atuação da empresa junto à comunidade e voltadas à proteção do meio ambiente, demonstrando o modo pelo qual a empresa age em relação às questões econômicas, sociais e ambientais, neste sentido, as indagações estão principalmente centradas nos seguintes questionamentos: através das informações constantes dos Relatórios de Sustentabilidade, emitidos de conformidade com as diretrizes do GRI (G3) é possível analisar o comprometimento das empresas em relação as questões econômicas, sociais e ambientais? As empresas brasileiras estão aumentando sua preocupação com o cumprimento das suas responsabilidades socioambientais?

Desta maneira, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar, através da análise do percentual de evidenciação efetiva das organizações aos indicadores de desempenho prescritos na GRI – G3, o potencial, em termos de possibilidades, da utilização dos Relatórios de Sustentabilidade elaborados mediante as diretrizes da terceira versão do *Global Reporting Initiative*, não apenas como uma mera demonstração dos indicadores relacionados a governança, aos aspectos de gestão e as dimensões econômica, ambiental e social das empresas, mas como um instrumento de avaliação do desempenho e da evolução do conteúdo das informações geradas, além de um instrumento de comunicação capaz de transmitir a sociedade e as partes legitimamente interessadas (os chamados *stakeholders*) o status da responsabilidade social e ambiental das empresas.

As hipóteses que norteiam o presente trabalho, partem do pressuposto de que o Relatório de Sustentabilidade, elaborado segundo as diretrizes da GRI e que vem sendo amplamente adotado por empresas nacionais e internacionais, é um documento competente

para evidenciar e divulgar as práticas e as ações socioambientais das organizações?

A metodologia de relato da GRI (G-3) é uma forma eficaz de demonstrar às partes legitimamente interessadas, as partes relacionadas, as ações de sustentabilidade das organizações?

É possível perceber, por meio dos relatórios analisados, um avanço das organizações no tratamento de temas declarados, sobretudo, dos indicadores de desempenho nas dimensões econômica, ambiental e social?

Tais questões são consideradas relevantes, uma vez que, muitos dos usuários dos relatórios de sustentabilidade, quando se deparam com a informação de que determinados relatórios foram produzidos em conformidade com as diretrizes GRI, considerando o renome dessa instituição, geralmente, tendem a acreditar que os mesmos são confiáveis em termos de diversidade de indicadores e, portanto, uma “garantia de qualidade” das informações prestadas.

Para elaboração da presente pesquisa, de caráter descritivo, partiu-se de estudos e levantamentos bibliográficos e documentais sobre a temática, a qual se concentra em questões relativas à responsabilidade socioambiental empresarial ou corporativa, principais indicadores de sustentabilidade e Relatórios de Sustentabilidade GRI (G3), verifica e avalia a continuidade das publicações dos Relatórios de Sustentabilidade pelas empresas, e analisa, em tais documentos, a composição e evidenciação dos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Para atingir o objetivo proposto, desenvolveu-se uma pesquisa, com o propósito de avaliar o conjunto de empresas que publicam os relatórios sociais e ambientais, com base na relação das empresas cadastradas junto ao sistema FIESP/CIESP (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) – Regional de Araraquara/SP e o aprofundamento das informações disponibilizadas junto ao site do Instituto ETHOS e dos relatórios cadastrados na base de dados da própria GRI, utilizados para a coleta e análise dos dados.

As consultas realizadas diretamente nos sítios eletrônicos das empresas consideradas de grande porte, conforme cadastro fornecido pela CIESP Regional Araraquara (Região Central do Estado de São Paulo), forneceram elementos para a seleção das empresas que possuem publicações de Relatórios de Sustentabilidade nos últimos exercícios sociais e, a partir de trabalho de campo, por meio de levantamentos e análises dos dados e indicadores informados, procedeu-se as investigações e o cruzamento de informações e a forma como essas informações chegam às suas partes interessadas.

A pesquisa buscou, ainda, evidenciar através dos resultados obtidos no exame dos

relatórios de sustentabilidade emitidos, a evolução dos principais indicadores socioambientais publicados pelas organizações no período avaliado.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. No capítulo I, intitulado A empresa e o meio ambiente, é apresentada uma discussão do conceito e da evolução das discussões sobre a questão ambiental e de como esse assunto passa a ser considerado na pauta das organizações e surgimento da Responsabilidade Social Corporativa, finalizando com uma avaliação sobre a prática de externar as ações socioambientais desenvolvidas, através da utilização de relatórios. Encontra-se, ainda, neste capítulo, uma síntese de todos os principais tipos de relatórios e iniciativas de caráter sociais e ambientais adotados no Brasil.

O capítulo II, denominado O Relatório de Sustentabilidade GRI – G3 contempla um estudo mais abrangente do Relatório de Sustentabilidade preconizado pela GRI, em sua terceira geração de diretrizes. A estrutura e os princípios para elaboração, a definição do conteúdo e dos indicadores de desempenho, finalizando com a evolução do número de relatórios de sustentabilidade emitidos pelas empresas no mundo e no Brasil.

No terceiro e último capítulo, é apresentada a pesquisa realizada junto as empresas selecionadas na região administrativa de Araraquara, a metodologia e os critérios para análise dos dados relatados, a forma de comunicação das práticas e ações sociais pelas empresas consideradas de grande porte e a análise dos indicadores de desempenho em suas categorias e o cálculo do grau de evidenciação efetiva das empresas analisadas aos indicadores preconizados pela GRI em sua terceira versão de indicadores.

Finalmente, essa dissertação pretende contribuir para responder a questionamentos à cerca dos propósitos, da quantidade e da qualidade das informações relatadas pelas empresas através de seus Relatórios de Sustentabilidade. É uma pesquisa com campos ainda serem explorados, porém, através dos levantamentos realizados e com base nas conclusões aqui detalhadas, é possível estabelecer uma visão da realidade das empresas e da região estudadas, sobre o aspecto da responsabilidade socioambiental externada por meio dos relatórios avaliados.

1 A empresa e o meio ambiente

Até meados de 1980, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva. Segundo Demajorovic (2003), no que se referia especificamente aos problemas de degradação ambiental:

[...] os representantes empresariais argumentavam que os custos adicionais para as empresas, resultantes dos gastos em controle da poluição, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos, gerando, portanto, prejuízos às partes interessadas, ou seja, trabalhadores, acionistas e consumidores. Nesse contexto, a estratégia das empresas era, segundo o jargão econômico, externalizar os custos ambientais, ou seja, transferi-los para a sociedade, poupando o verdadeiro causador de arcar com qualquer ônus para reverter o problema. No entanto, a partir de meados da década, o discurso empresarial que enaltecia o papel exclusivo das empresas como fomentadoras da riqueza, encontraria cada vez menos respaldo na sociedade.

Em seu livro “A desordem do progresso”, Buarque (1990), tece importantes considerações a cerca das interpretações sobre o valor da natureza e de como esse conceito vem sofrendo mutações com o decorrer do tempo. “O conceito de recursos naturais tem que ser entendido historicamente, em conformidade com o padrão tecnológico de cada momento. A parte da natureza considerada recurso natural muda com o tempo...” (BUARQUE, 1990, p. 113).

Buarque (1990), apresenta ainda as dificuldades de se incorporar o tema natureza no processo de análise econômica, chegando a enumerar nove fatores limitantes, para justificar tal dificuldade, fatores estes que vão, desde as questões do crescimento demográfico, das articulações sócio-econômicas e da produção e uso do aparato tecnológico, seus efeitos e impactos sobre o meio ambiente, até a discussão da medição da essencialidade da natureza, onde considera que:

Além de limitar sua análise ao curto prazo e ao espaço das fronteiras nacionais, a ciência econômica, por uma alienação epistemológica, por simplificação ou por defeito congênito, ignora os objetos de sua finalidade. Assume o processo econômico de produção como uma razão em si. Em alguns casos inclui também uma preocupação com a distribuição da produção. Mas não consegue ir além disso. Implicitamente, cria uma identidade entre produção e bem-estar, para não dizer felicidade, que os economistas insistem em manter fora do vocabulário técnico da ciência econômica, em vez de tornar a produção, a distribuição e todo processo econômico como um meio, visando um bem estar que vá além do consumo. (BUARQUE, 1990, p. 131).

O autor ainda afirma que essa deficiência, em parte, pode ser explicada, em razão da

falta de indicadores adequados que traduzam os impactos das ações oriundas do processo produtivo sobre a natureza ou os mesmos não são utilizados, por não se saber, exatamente, como quantificá-los, pois, na medida em que se manifesta claramente um limite ao crescimento desordenado e a qualquer preço, há que se considerar novos indicadores mesmo que, de certa forma, atrelados ao nível de consumo.

Serão necessários muitos anos, talvez décadas, para que novos princípios sejam formulados. Para sairmos da observação das deficiências atuais e das proposições de linhas de ação, para entrarmos na sistematização real de um novo patamar científico. Isto não se fará contra a ciência econômica. Bem ao contrário, será impossível fazê-lo sem a ciência econômica e certamente se fará com seu avanço. Mas, qualquer que seja este avanço, ele deverá incorporar a natureza, com um valor intrínseco, como parte do patrimônio humano. (BUARQUE, 1990, p. 133).

Em 1998, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development - WBCSD), primeiro organismo internacional puramente empresarial com ações voltadas à sustentabilidade, definiu Responsabilidade socioambiental como o compromisso permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

1.1 O surgimento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Cada vez mais a questão ambiental vem se tornando assunto obrigatório nas agendas dos executivos das empresas. A globalização dos negócios e a internacionalização dos padrões de qualidade ambiental, aliada a conscientização crescente dos atuais consumidores permitem prever que as organizações deverão, de maneira acentuada, além de incorporar a questão ambiental no cenário de seus negócios e nos processos de tomada de decisões, manter uma postura mais rígida e responsável de respeito a questão ambiental.

Para Donaire (2010, p. 50),

A experiência das empresas pioneiras permite identificar resultados econômicos e resultados estratégicos do engajamento da organização na causa ambiental. Estes resultados, porém, não se viabilizam de imediato, há necessidade de que sejam corretamente planejados e organizados todos os passos para a interiorização da variável ambiental na organização para que ela possa atingir, no menor prazo possível, o conceito de excelência ambiental, que lhe trará importante vantagem competitiva.

Essa mudança significativa na forma como as pessoas enxergam a relação entre

negócios e sociedade acabou contribuindo com o surgimento da Responsabilidade Socioambiental das Empresas.

A divulgação do desempenho econômico e ambiental de uma empresa está inserida no contexto da Responsabilidade Social Corporativa – RSC. Este conceito, além de recente, é extenso e de maneira geral refere-se ao relacionamento da organização com seu público interessado, denominados *Stakeholders* e que inclui: empregados, fornecedores, clientes, consumidores, investidores, governo e a comunidade em geral.

Sobre a importância da participação das partes relacionadas, ou legitimamente interessadas (*stakeholders*), nas decisões que incluem aspectos econômicos e ecológicos, a destinação de investimentos e o uso dos recursos naturais, com o propósito de garantir as necessidades do presente e do futuro, Gallo (2007) diz que o desenvolvimento sustentável não é um processo de harmonia permanente e que para atingi-lo, alguns fatores são necessários:

A sustentabilidade requer responsabilidades maiores com os impactos das decisões. Pata tanto, mudanças fazem-se necessárias nas estruturas legais e institucionais no sentido de reforço do interesse comum. Contudo, a lei por si só não consegue impor o interesse comum, que requer também a conscientização e o apoio da comunidade, o que implica em maior participação pública nas decisões que afetem o meio ambiente. (GALLO, 2007, p. 52).

Inclui, ainda, a conduta ética na condução dos negócios e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Neste ponto, de acordo com Ferreira, Siqueira e Gomes (2009), a noção de Responsabilidade Social Corporativa está alicerçada na idéia de que não há desenvolvimento econômico consistente ou a obtenção de lucro contínuo, sem que ocorra a promoção do desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente na comunidade ou na sociedade que a empresa atua.

Para o Instituto ETHOS (2007), uma das instituições mais reconhecidas na área e que certifica empresas ditas socialmente responsáveis,

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Ainda segundo o Instituto ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas

atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Ashley (2002), por sua vez, define Responsabilidade Social Corporativa como:

[...] uma responsabilidade básica da gestão de recursos humanos que inclui, geralmente, a adoção de códigos de conduta, de política de qualidade de vida no trabalho, de participação nos lucros, de oportunidades iguais e de padrões e acordos internacionais (a exemplo da SA 8000), que servem de parâmetros para auditorias e certificações.

Entretanto, qualquer que seja o conceito adotado, fica claro que a Responsabilidade Social Corporativa pressupõe uma grande mudança de atitude por parte da administração das empresas que passam a considerar e valorizar questões até então relegadas, como por exemplo, a ética.

Da mesma forma, suas responsabilidades passam a não ser somente de natureza legal ou econômica, mas também social e ética.

[...] é uma prática moral, orientada pela ética, que vai além das obrigações legais e econômicas, rumo às sociais, respeitando-se a cultura e as necessidades e desejos das pessoas. A responsabilidade social pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais. Impõe que elas reconheçam sua obrigação não só com acionistas e clientes, mas também com seres humanos, na busca de uma sociedade mais justa, honesta e solidária, uma sociedade melhor para todos. (PASSOS, 2004, p. 166).

A responsabilidade social das empresas, expressa nos relatórios de sustentabilidade, pode ser definida como o compromisso contínuo destas em comportar-se eticamente, contribuindo para o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, melhorando a qualidade de vida de seus colaboradores e familiares bem como da comunidade local e sociedade em geral.

1.2 A comunicação das práticas sociais e ambientais através de relatórios

O ato de expressar ou de comunicar as práticas ou ações desenvolvidas por meio de relatórios sociais, embora recente, em nosso país, evoluiu juntamente com a noção da responsabilidade social por parte das corporações.

A seguir, é apresentado o quadro 1.1, com o resumo dos principais fatores que contribuíram para a evolução e o fortalecimento da noção da responsabilidade social e aparecimento dos relatórios utilizados para a comunicação das práticas sociais e ambientais, no Brasil e no mundo, até a chegada da terceira geração das diretrizes da GRI.

QUADRO 1.1 – Principais fatos que marcaram a noção de responsabilidade social até a GRI G-3

Ano	Fonte	Fatos
1980	Instituto Ethos (2007)	É fundado o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).
1984	Instituto Ethos (2007)	A Nitrofértil elabora o que ficou conhecido como o primeiro Balanço Social do Brasil.
1992	Instituto Ethos (2007) Responsabilidadesocial.com	A II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92: <ul style="list-style-type: none"> • Criada a Agenda 21 (compromisso das nações) • ISO 14000 (diretrizes para gestão ambiental) • FGV cria o Centro de Estudos de Ética nas Organizações (CENE) Abertos os primeiros cursos de engenharia ambiental no país.
1997	Instituto Ethos (2007)	É criada a Global Reporting Initiative (GRI); Projeto de Lei 3.116/97 pretende estabelecer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social por empresas com mais de 100 funcionários; Herbert de Souza e o IBASE propõem um modelo de Balanço Social e incentivam sua publicação.
1998	Instituto Ethos (2007)	É fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
1999	Instituto Ethos (2007)	I Conferência Nacional Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social; A Câmara Municipal de São Paulo lança o selo “Empresa Cidadã”.
2000	Instituto Ethos (2007)	São publicadas as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI (G-1); Lançada a primeira versão dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.
2001	Instituto Ethos (2007)	O Instituto Ethos lança o Guia de Elaboração de Relatório Anual de Responsabilidade Social Empresarial
2002	Instituto Ethos (2007)	Lançada nova versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI (G-2); A FGV funda o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces).
2004	Instituto Ethos (2007)	É oficialmente lançada no Brasil a versão em português das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI.
2005	Instituto Ethos (2007)	É lançado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), ferramenta de análise do desempenho das empresas listadas na Bovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.
2006	Instituto Ethos (2007)	A GRI lança a terceira geração das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (GRI G-3). A versão em português é lançada em dezembro com o apoio da Aberje, GVces e Instituto Ethos.

Fonte: Adaptado pelo autor com base nas publicações do Instituto Ethos.

Verifica-se, que em um pequeno período de tempo, vários fatos, eventos e organizações, marcaram, significativamente, a evolução da noção de responsabilidade social e ambiental e, também, a utilização dos relatórios como uma das formas de comunicação das ações praticadas.

1.3 Relatórios sociais e ambientais

Entende-se que as informações de natureza social e ambiental vão além das informações monetárias, comumente encontradas nos balanços financeiros e demais peças contábeis tradicionais das empresas, devem envolver, na medida do possível, tanto informações quantitativas quanto qualitativas.

A seguir, apresentamos uma breve descrição sobre os principais relatórios em utilização.

1.3.1 O balanço social e o relatório de sustentabilidade

O balanço social é um instrumento que expressa a responsabilidade social das empresas, dando maior transparência às suas atividades. Ele é considerado uma peça central para todos os grupos que interagem com a empresa (seus *stakeholders*), visto que informa a todos como a empresa é administrada, como estabelece suas ações sociais, como se relaciona com fornecedores e investidores, além de auxiliar na identificação e na formulação de políticas públicas (ETHOS, 2007; IBASE, 2007). O balanço social pode ser considerado, ainda, uma eficiente ferramenta de gestão interna, pois fornece informações validadas sobre os resultados e as metas da empresa em cada exercício.

A sua utilização e divulgação tornaram-se mais comum nas décadas de 60 e 70, do século XX, sendo que sua publicação tem obrigação legal hoje em alguns países, como a França. Já em outros, a própria sociedade o exige (Estados Unidos, Bélgica e Alemanha). As primeiras discussões sobre balanço social no Brasil começaram na década de 70, entretanto, apenas nos anos 80 as empresas iniciaram a publicação de seus relatórios e a divulgação anual do Balanço Social somente ocorreu nos anos 90. Verifica-se, porém, que uma maior visibilidade ocorreu a partir da campanha de divulgação voluntária do Balanço Social empreendida pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, no ano de 1997.

Conforme verificamos através das publicações recentes, no Brasil adotam-se, basicamente, três modelos de relatório de sustentabilidade, os nacionais do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) e o internacional, sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Os três propõem um conjunto mínimo de informações que devem ser publicadas para garantir transparência às atividades das organizações que se comprometem em adotar um desses sistemas reconhecidos.

1.3.2 O modelo IBASE

Difundido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, uma organização não governamental que trabalha para ampliar a participação cidadã no fortalecimento da democracia, com ênfase na abordagem quantitativa, tem inspiração no formato dos balanços financeiros. Ordena informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros. Detalha, também, despesas com controle ambiental e investimentos sociais externos em áreas como educação, cultura e saúde.

O método preconizado pelo IBASE propõe quatro modelos de formulários aplicáveis a: grandes empresas, pequenas e médias empresas, cooperativas e, finalmente, instituições de ensino, fundações e organizações sociais.

Segundo Tinoco (2010, p. 221), “no modelo sugerido pelo IBASE, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados”.

Segundo dados colhidos junto ao site da organização, a partir de meados do ano de 2010, o IBASE deixou de atualizar os indicadores sugeridos para o seu modelo de Balanço Social, com a justificativa de que “após 13 anos buscando a transparência das empresas por meio do balanço social, entendemos que esta ferramenta e esta metodologia, já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e os institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil”.

O Instituto afirma, ainda, que “avancamos muito na última década no tema e nas práticas de transparência nas organizações, governos e empresas”. O IBASE parte para novos desafios visando o fortalecimento do controle social sobre as grandes empresas, que vão além do modelo de Balanço Social, visando ajudar as organizações e os movimentos sociais no entendimento e acompanhamento de ações que possam construir um mundo cada vez mais justo e sustentável.

1.3.3 Os Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social

Posteriormente, um segundo modelo de Balanço Social passou a ser sugerido pelo Instituto ETHOS, também, uma organização não governamental, criada com o objetivo de sensibilizar o meio empresarial para a responsabilidade social através do estabelecimento de padrões éticos de relacionamento com os públicos interno e externo, governo e o meio ambiente. É baseado num relato detalhado dos princípios e das principais ações da

organização, abrangendo itens como: valores, transparência, governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.

Este modelo passou a incorporar, ainda, a dimensão qualitativa aos relatórios, além de sugerir um detalhamento maior do contexto das tomadas de decisões sobre os problemas encontrados e as soluções adotadas.

Tinoco (2010, p. 226), ao se referir ao guia de elaboração do Balanço Social indicado pelo Instituto Ethos destaca que:

[...] o guia enfoca o ponto no qual acontece a convergência dos dois pilares da definição da Responsabilidade Social Empresarial (SER): a relação ética e transparente com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona e o estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da empresa e da sociedade.

A partir de sua fundação em 1999, o Instituto ETHOS desenvolveu três gerações de indicadores para nortear e aprimorar a elaboração dos Balanços Sociais, a saber:

1ª Geração (2000 – 2006), nesta primeira versão de indicadores, os objetivos eram o reconhecimento do tema por parte das empresas, a discussão sobre a responsabilidade social empresarial em empresas de diferentes portes e o apoio ao trabalho de indutores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

2ª Geração (2006 – 2010), na segunda versão, buscava-se a gestão e o engajamento da cadeia de valor para a RSE, bem como, a adaptação latino americana ao Programa Latino Americano de Responsabilidade Social Empresarial, denominado PLARSE.

3ª Geração (2010), a terceira geração de indicadores surge com vários propósitos, entre eles:

- a) transformar os indicadores ETHOS em uma plataforma à luz da Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR 26000 e aplicar a linguagem Global Reporting Initiative (GRI) para elaboração de relatórios, de modo a concretizar a integração com essa ferramenta;
- b) utilizar os indicadores ETHOS como ferramenta de gestão para diagnóstico e planejamento das práticas de RSE;
- c) incorporar o aprendizado do Programa Latino Americano (PLARSE); Consolidar a abordagem de uso dos Indicadores no desenvolvimento da cadeia de valor;
- d) promover uma maior integração e esclarecimento conceitual entre Responsabilidade Social Empresarial e sustentabilidade, principalmente neste período de transição para uma nova economia, mais incluyente, verde e responsável.

A terceira geração dos Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial

encontra-se em discussão e deverá estar disponível a partir de outubro de 2012, ressaltando que a sua proposta de convergência com as diretrizes GRI que não se limitou a uma correspondência de conteúdo e sim de complementaridade.

1.3.4 O relatório de sustentabilidade

Mais recentemente, vem sendo adotada a denominação Relatório de Sustentabilidade, que é considerado sinônimo de outros relatórios corporativos não-financeiros, como Relatório da Administração, Responsabilidade Social Empresarial, Balanço Social, entre outros (ETHOS, 2007). Todos estes relatórios têm por meta descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização (ETHOS, 2007; GRI, 2006), mas a denominação relatório de sustentabilidade permite explorar melhor o conceito de que o que se busca vai além da contabilidade, do balanço; é um foco ampliado da responsabilidade das empresas.

O Modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI) foi lançado em 1997 pela iniciativa da ONG CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies* – Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com o objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade.

O conjunto das primeiras Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI surgiu de forma incipiente em 1999. Após testes, críticas e sugestões de inúmeros interessados lançou, em 2000, diretrizes mais consistentes e de aceitação mais ampla, processo que vem se aprimorando a cada edição. A melhoria constante das diretrizes permite que mais organizações e até países, adotem seus princípios.

As diretrizes e indicadores da GRI proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. Esse modelo, considerado o mais completo e abrangente, estabelece princípios para definição adequada do conteúdo do relatório e, para garantir a qualidade da informação relatada, indicadores de desempenho e protocolos técnicos com metodologias de compilação, fontes de referências etc. Ele procura elevar os relatórios de sustentabilidade a um patamar de qualidade similar aos de relatórios financeiros.

Atualmente, a GRI vem se utilizando de uma versão intermediária de diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, denominada de G 3.1, uma vez que esta em discussão as propostas de atualização das mesmas (*guidelines*) para a versão G-4, com previsão

de uso a partir do ano de 2.013.

Desde julho de 2012, a GRI vem desenvolvendo um processo de consulta pública, por meio de audiências, sendo que todos os interessados podem encaminhar sugestões de melhorias e aprimoramentos das diretrizes propostas até o mês de setembro/2012.

1.3.5 O Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) trata-se de uma iniciativa pioneira na América Latina que visa criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável exigido pela sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade e a ética das corporações.

Trata-se de uma iniciativa criada em 2005, originalmente financiada pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial e o seu desenho metodológico foi desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getulio Vargas (FGV-EASP).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F) e Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Demonstra, ainda, o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

A mais recente carteira do ISE foi anunciada no dia 25 de novembro de 2011 e vigora de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012. A sétima carteira do ISE reúne 51 ações de 38 companhias, que representam 18 setores e somam R\$ 961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA (em 23/11/2011). Das 37 empresas da carteira anterior, 36 foram selecionadas também para a nova. E duas companhias ingressaram: CCR e Ecorodovias, trazendo para o ISE o setor de transportes. Com 38 companhias, a carteira de 2012 está próxima do limite máximo, que é de 40 empresas. (BM&FBOVESPA, 2012).

No quadro 1.2 encontra-se a descrição das empresas que fazem parte da carteira do ISE, para o período de 2011/2012, conforme informações divulgadas no site da Bovespa.

QUADRO 1.2 – Composição da Carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

Empresas que compõem a carteira do ISE 2011/2012 – Bovespa							
AES Tiete	Braskem	Coelce	Ecorodovias	Even	Itaunibanco	Santander	Tractebel
Anhanguera	BRF Brasil Foods	Copasa	Eletróbrás	Fibria	Light AS	Sulamérica	Ultrapar
BicBanco	CCR	Copel	Eletropaulo	Gerdau	Natura	Suzano Papel	Vale
Bradesco	Cemig	CPFL Energia	Embraer	Gerdau Metal.	Redecard	Telemar	
Banco do Brasil	Cesp	Duratex	Energias do Brasil	Itaúsa	Sabesp	TIM Partic. S/A	

Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

Segundo informações colhidas junto ao site da Bovespa, foram convidadas para participar da nova carteira (2011/2012), as 182 companhias que detêm as 200 ações mais líquidas da Bolsa. Deste total, 54 responderam o questionário de avaliação, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Destas, seis aderiram ao processo como “treineiras”, ou seja, buscando se preparar para os próximos anos.

2 O Relatório de Sustentabilidade GRI – G3

Um Relatório de Sustentabilidade elaborado segundo as diretrizes da GRI pode ser usado, entre outros propósitos, como padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias. É útil para demonstrar como a empresa influencia ou é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável além de fornecer parâmetros de comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes.

Em termos gerais, conforme a publicação “Caminhos – Ciclo preparatório para elaboração de relatórios de sustentabilidade” da GRI, disponível em www.globalreporting.org, para o processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, são propostas cinco fases:

- a) Fase 1 – Prepare: Nesta fase, é indicado o planejamento do relatório, onde é recomendável a reflexão e o traçado do plano de ação. Nesta etapa, busca-se promover uma discussão interna, principalmente em nível gerencial para identificar os impactos econômicos, ambientais e sociais, positivos e negativos, mais evidentes;
- b) Fase 2 – Conecte-se: Aqui deve ser priorizado o diálogo com as partes interessadas. É considerada uma parte importante do processo, que envolve a busca da contribuição dos *stakeholders* sobre quais aspectos devem ser incluídos no Relatório a ser desenvolvido;
- c) Fase 3 – Defina: Nesta etapa, cabe a seleção dos temas, o debate e o registro das mudanças com base na contribuição das partes interessadas. Tais contribuições confirmarão se os aspectos positivos e negativos identificados são verdadeiramente importantes, definindo-se o enfoque do relatório de modo que os motivos para as escolhas deverão ficar evidentemente claros;
- d) Fase 4 – Monitore: desenvolva o relatório, garanta o conteúdo. Nesta fase, ocorre a coleta de dados que serão colocados no relatório final. Os indicadores da GRI foram criados para facilitar às organizações o entendimento sobre o que monitorar, auxiliando-as a gerir e relatar melhor;
- e) Fase 5 – Relate: Na última fase, redija, finalize e publique. Os dados coletados são apresentados no relatório final, considerando, ainda, as decisões sobre a melhor forma de se comunicar os resultados contidos no relatório.

Ainda sobre a elaboração de relatórios de sustentabilidade, ainda segundo declara

Tinoco (2010, p. 227), “esse tipo de documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo as informações tanto positivas quanto negativas”. Verifica-se que a qualidade e a credibilidade do relatório final, são diretamente proporcionais à quantidade de esforço despendido no desenvolvimento das fases do processo (GRI, 2006).

2.1 Estrutura do Relatório de Sustentabilidade da GRI

A estrutura de relatórios consiste nas diretrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (*guidelines*). Fornece orientações sobre como as organizações podem divulgar o seu desempenho de sustentabilidade.

É aplicável a organizações de qualquer tamanho ou tipo, de qualquer setor ou região geográfica e tem sido utilizado por milhares de organizações em todo o mundo como base para a produção de relatórios de sustentabilidade.

Segundo Ferreira, Siqueira e Gomes (2009), em seus estudos sobre a utilização dos indicadores do GRI,

[...] as contribuições fornecidas pelo GRI têm sido elogiadas por diversos autores. Para Barbosa (2005), o GRI é considerado o mais sofisticado dos balanços sociais [...] exigindo desde informações sobre impacto ambiental da atividade da empresa até avaliações qualitativas do resultado dos investimentos sociais. Cowe (2003a, p. 14) e Adams e Evans (2004, p. 97) afirmam que este modelo está sendo considerado menos suscetível a tendências, fornecendo às organizações que o adotam indicadores não enviesados, dando maior garantia referente a independência do relatório e dando-lhe uma credibilidade adicional.

Outra vantagem considerável que pode ser atribuída aos relatórios elaborados através das diretrizes GRI é que a adoção das mesmas, por parte das organizações reladoras, pode ocorrer de forma gradual, ou seja, inicialmente, através de uma adesão informal e, com o tempo, progressivamente, alcançando níveis mais elevados e completos de adesão.

Segundo a orientação da GRI, o conteúdo de um relatório deve considerar a indicação da estrutura operacional, divulgação clara do período, limite e as técnicas usadas para medição de dados, construção de indicadores utilizados, a estrutura de governança corporativa, participação em associações, engajamento dos *stakeholders*, informações sobre forma de gestão e os indicadores de desempenho selecionados.

Nas diretrizes previstas para a elaboração e divulgação de seu Relatório de Sustentabilidade, conforme pesquisado em www.globalreporting.org, conforme acesso em 16/06/2010, é definido que:

Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. Relatório de sustentabilidade é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, etc.

As diretrizes para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade devem compreender os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho. Importante destacar que todos esses elementos têm o mesmo peso e importância e são divididos em duas partes que abordamos a seguir:

2.2 Princípios para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade GRI

Os princípios de relatório são parte integrante da estrutura de relatórios e são tão importantes quanto o conteúdo do mesmo. Os princípios asseguram que haja um entendimento comum entre os relatores e os usuários de relatório sobre os fundamentos de um relatório baseado nas diretrizes GRI.

Os elementos principais do processo de elaboração do relatório são descritos nesta primeira parte das diretrizes e a aplicação desses princípios, determina os temas e os indicadores a serem divulgados.

Com o objetivo de ajudar os relatores a determinar sobre o conteúdo, ou o que relatar, são discutidos e exemplificados os princípios de materialidade, de inclusão dos *stakeholders*, do contexto da sustentabilidade e de abrangência. Cada princípio é acompanhado por um pequeno conjunto de testes que serve para balizar a aplicação do mesmo, além de um breve esclarecimento sobre a sua definição e relevância.

A seguir, apresenta-se uma breve descrição de cada um desses princípios:

- a) Princípio da Materialidade: conforme detalhado na cartilha de aplicação das diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, tem-se que:

As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos stakeholders. (GRI, 2006).

A materialidade é considerada o limiar a partir do qual um tema ou um indicador se torna suficientemente expressivo para ser divulgado;

- b) Princípio de Inclusão dos *Stakeholders*: diz que “a organização relatora deve identificar

seus *stakeholders* e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas procedentes.” (GRI, 2006).

Como *stakeholders* são entendidos as organizações ou indivíduos que possam ser afetados de forma significativa pelas atividades desenvolvidas, pelos produtos fabricados ou serviços prestados pela organização. Incluem tanto as partes diretamente envolvidas nas operações, como funcionários acionistas e fornecedores, quanto as que são externas a ela, como a comunidade, por exemplo;

- c) Princípio do Contexto da Sustentabilidade: em relação a este princípio, as diretrizes GRI destacam que “o relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.” (GRI, 2006).

As informações sobre desempenho deverão ser contextualizadas e não se ater, apenas, a tendências. Trata-se de um contexto articulado de forma mais clara na área ambiental, em termos de limites globais para o uso de recursos e para níveis de poluição, mas também, pode ser relevante no que diz respeito a metas sociais e econômicas.

- d) Princípio da Abrangência: composta principalmente por dimensões como escopo, limite e tempo.

O escopo se refere a gama de temas de sustentabilidade em um relatório [...] o limite se refere as unidades de negócio cujo desempenho é declarado pelo relatório [...] o tempo se refere a necessidade de as informações selecionadas estarem completas em relação ao período especificado no relatório. (GRI, 2006).

A abrangência deve mencionar a cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Para assegurar a qualidade do Relatório, são apresentados outros princípios básicos que possuem o importante papel de delimitar ou orientar as escolhas das informações relatadas incluindo sua apresentação. São eles:

- a) Equilíbrio: em relação ao princípio do equilíbrio, o relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral;
- b) Comparabilidade: “As questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permita aos *stakeholders* analisar mudanças no desempenho da organização

- ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações.” (GRI, 2006);
- c) Exatidão: “As informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que as partes relacionadas ou legitimamente interessadas (*stakeholders*) avaliem o desempenho da organização relatora”;
 - d) Periodicidade: “o relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que às partes relacionadas tomem decisões fundamentadas”;
 - e) Clareza: “as informações deverão estar de uma forma que seja compreensível e acessível às partes interessadas que fizerem uso do relatório”;
 - f) Confiabilidade: “as informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações” (GRI, 2006).

A primeira parte das diretrizes termina com as orientações para as organizações relatoras sobre como definir as unidades de negócios contempladas no relatório, também denominados, Limite do Relatório.

Como limite do relatório deve ser entendido, as informações sobre as organizações sobre as quais a relatora exerce controle (poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais) ou influência significativa (poder de participar nas políticas financeiras operacionais) tanto diretamente ou por meio de seus relacionamentos.

2.3 Definição do Conteúdo do Relatório de Sustentabilidade GRI

A segunda parte das diretrizes traz o conteúdo que deve ser incluído no relatório de sustentabilidade. As diretrizes identificam as informações a serem divulgadas, que são relevantes e essenciais para a maioria das organizações e do interesse de maior parte dos *stakeholders*, em três categorias de conteúdo, abordando sobre:

2.3.1 Perfil

Nesta seção, são detalhadas as informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional.

2.3.1.1 Estratégia e Análise

Deve constar, nesta categoria, uma declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização, destacando a relevância da sustentabilidade e sua estratégia para a organização, as prioridades, os principais eventos, realizações e insucessos durante o período coberto pelo relatório, bem como, as metas, tendências, perspectivas e principais desafios para o próximo período.

É realizado nesta área do relatório, ainda, uma descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades as quais estão sujeitas a organização relatora.

2.3.1.2 Perfil Organizacional

São mencionados a identificação e os dados gerais (nome, natureza, principais marcas e produtos, estrutura organizacional, localização da sede e das subsidiárias, número e nome dos países em que a organização está presente e os mercados nos quais opera), sobre o porte da organização (número de empregados, faturamento, capitalização, endividamento), as principais alterações ou mudanças na estrutura ou participação acionária e, por fim, os principais prêmios ou condecorações recebidos pela organização.

2.3.1.3 Parâmetros para o Relatório

São especificados nesta seção, o perfil do relatório (período, data do relatório anterior, ciclo de emissão de relatórios e dados para contato em caso de dúvidas sobre seu conteúdo), escopo e limite do relatório (determinação da materialidade, priorização dos temas tratados no mesmo, identificação de quais *stakeholders* a organização espera que utilizem o relatório, mudanças significativas em comparação com os relatórios emitidos em anos anteriores), sumário de conteúdo da GRI (tabela que identifica a localização das informações no relatório com a numeração das páginas e ou *links* para consultas na internet) e verificação externa (política e prática atual relativa à submissão do relatório para verificação externa, bem como a explicação sobre a relação entre a organização relatora e os auditores).

2.3.1.4 Governança, compromissos e engajamento

Em relação aos aspectos de governança, nesta seção, encontra-se o detalhamento da estrutura de adotada pela organização, incluindo o departamento ou comitê de governança, responsável pela definição de estratégias e supervisão da organização. A composição, tempo de mandato e a responsabilidade pelo desempenho econômico, social e ambiental.

Informações de quais mecanismos a empresa oferece para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança, as formas de avaliação do desempenho de sustentabilidade e os processos de auto avaliação.

Os compromissos com iniciativas externas, a relação entre as medidas de caráter voluntário (não obrigatórias) adotadas e outras que a empresa tenha obrigatoriamente que cumprir e a participação em grupos, associações ou organismos nacionais ou internacionais que a empresa participa ou contribui com recursos.

Finalmente, trata dos principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos *stakeholders* e as medidas que a organização adota para saná-los.

O QUADRO 2.1, a seguir, contém um resumo dos indicadores abordados anteriormente, com seus respectivos números (códigos), os quais deverão ser mencionados de forma co-relacionada, no conteúdo do relatório, sempre que tal informe for objeto de declaração pelas organizações relatoras.

QUADRO 2.1 – Resumo dos indicadores referentes ao Perfil das organizações

Perfil	3.10	Explicação informação dos relatórios anteriores	
1. Estratégia e Análise	3.11	Mudanças significativas relação anos anteriores	
1.1	Sumário do Conteúdo da GRI		
1.1	Declaração detentor do cargo de maior poder decisão	3.12	
1.2	Descrição principais impactos, riscos e oportunidades	Tabela com a localização das informações	
2. Perfil Organizacional	Verificação		
2.1	Nome da Organização	3.13	
2.2	Principais marcas, produtos e ou serviços	4. Governança / Compromissos / Engajamento	
2.3	Estrutura operacional da organização	Governança	
2.4	Localização da sede da organização	4.1	Estrutura de governança da organização
2.5	Número países em que a organização opera	4.2	Indicação cargos ocupados pelo mesmo diretor
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	4.3	Declaração do número membros independentes
2.7	Mercados atendidos	4.4	Mecanismo participação acionistas/empregados
2.8	Porte da Organização	4.5	Relação de remuneração dos membros diretoria
2.9	Principais mudanças durante o período coberto	4.6	Processos em vigor p/evitar conflitos interesses
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo Relatório	4.7	Proc. determinação e qualificações membros
3. Parâmetros para o Relatório	4.8	Declaração missão, valores, código de conduta	
Perfil do Relatório	4.9	Procedimentos supervisão de desempenho	
3.1	Período coberto pelo Relatório	4.10	Processos para auto-avaliação de desempenho
3.2	Data do Relatório anterior (se houver)	Compromissos com Iniciativas Externas	
3.3	Ciclo de emissão de Relatórios	4.11	Aplicação do princípio da precaução
3.4	Dados para contato em caso de dúvidas	4.12	Cartas, princípios e iniciativas externas
Escopo e Limite do Relatório	4.13	Participação em associações e organismos	
3.5	Processo para a definição do conteúdo do Relatório	Engajamento dos Stakeholders	
3.6	Limite do Relatório	4.14	Relação dos grupos de <i>stakeholders</i> engajados
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas	4.15	Base de identificação e seleção <i>stakeholders</i>

3.8	Base para a elaboração do Relatório	4.16	Abordagens para engajamento <i>stakeholders</i>
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases cálculo	4.17	Principais temas e preocupações levantados

Fonte: Preparado pelo autor com base nas diretrizes GRI (2006)

2.3.2 Informações sobre forma e gestão

Essas informações ajudam a organização a estabelecer o contexto para compreensão de seus resultados de desempenho. É o conteúdo que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para fornecer o contexto para a compreensão do desempenho em uma área específica.

As informações sobre a forma de gestão devem fornecer uma breve visão da abordagem da gestão da organização no que tange aos aspectos definidos sob cada categoria de indicador, visando estabelecer o contexto para informações sobre desempenho. A organização poderá estruturar suas informações sobre a forma de gestão de modo a cobrir a totalidade dos aspectos sob determinada categoria ou agrupar suas respostas para os aspectos de outra forma. Entretanto, as informações sobre a forma de gestão deverão tratar todos os aspectos relacionados a cada categoria, independentemente do formato ou agrupamento. (GRI, 2006).

No contexto das informações sobre a forma de gestão, as organizações devem descrever, antes dos indicadores de desempenho, de forma a permitir o entendimento comum por parte dos usuários dos relatórios. Tais informações devem incluir: os objetivos e o desempenho da organização a respeito de determinado aspecto; as políticas e responsabilidades da organização; informações sobre treinamento e conscientização; monitoramento e acompanhamento, certificações e outras informações contextuais.

Segundo as diretrizes para elaboração de Relatório de Sustentabilidade (GRI 2006), ao relatar os indicadores de desempenho, deve a organização relatora, aplicar determinadas orientações sobre a compilação de dados, que envolvam: Relato sobre tendências (informações do período e metas futuras quando estabelecidas); uso de protocolos; apresentação de dados (índices, dados normalizados e dados absolutos); agregação de dados (nível de acumulação) e a utilização de um sistema métrico internacionalmente aceitos (quilogramas, toneladas, litros).

2.3.3 Indicadores de desempenho

As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou que possam influenciar de forma significativa a avaliações e decisões de suas partes legitimamente

interessadas.

Os indicadores de desempenho de sustentabilidade são informações que possibilitam, entre outras possibilidades, a análise comparativa sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização. Os indicadores de desempenho do GRI são organizados de forma hierárquica, por categoria, aspectos e indicadores, agrupados nas perspectivas já citadas, conforme demonstrado no Quadro a 2.2.

QUADRO 2.2 – Estrutura da sustentabilidade do *Global Reporting Initiative - GRI*

DIMENSÃO	CATEGORIA	ASPECTOS
Econômica	Impactos Econômicos Diretos	Clientes Fornecedores Funcionários Investidores Setor Público
Ambiental	Impactos Ambientais	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões e resíduos Fornecedores Produtos e Serviços Adequação a Legislação Transporte
Social	Práticas Trabalhistas	Emprego Relações com funcionários Saúde e segurança Treinamento e educação Diversidade e oportunidade
	Direitos Humanos	Estratégia e Gestão Não discriminação Liberdade de associação e de negociação coletiva Trabalho Infantil Trabalho forçado e compulsório Procedimentos disciplinares Procedimentos de segurança Direitos indígenas
	Sociedade	Comunidade Suborno e Corrupção Contribuições políticas Competição e política de preços
	Responsabilidade sobre produtos e serviços	Saúde e segurança dos consumidores Produtos e serviços Propaganda Respeito a privacidade

Fonte: Global Reporting Initiative (2006)

Com a finalidade de descrever, de uma forma mais ampliada, quais os tipos de informações são passíveis de ser consideradas, dentro de cada dimensão, relaciona-se no Quadro 2.3, de forma sintética, alguns exemplos de aspectos e ou impactos, segregados dentro de cada dimensão, assim como, os investimentos que devem ser classificados dentro de cada categoria.

QUADRO 2.3 – Visão geral da estrutura dos indicadores GRI

Econômico	Inclui, por exemplo, os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano. O aspecto econômico inclui, embora não se limite só a isso, a informação financeira e respectivas declarações.
Ambiental	Inclui, por exemplo, impactos dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.
Social	Inclui, por exemplo, o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas.

Fonte: Global Reporting Initiative (2006)

2.4 Indicadores de desempenho

Como abordado anteriormente, os indicadores de desempenho encontram-se segregados de acordo com a categoria e nas dimensões econômica, ambiental e social, conforme será detalhado.

2.4.1 Desempenho Econômico

A dimensão econômica da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre as condições econômicas em relação as suas partes relacionadas e sobre os sistemas econômicos em níveis local, nacional e global.

Segundo Tinoco (2010, p. 228), “Os indicadores econômicos ilustram: o fluxo de capital entre os diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo”. O desempenho financeiro é de fundamental importância para se compreender a organização e sua própria sustentabilidade, entretanto, essas informações são normalmente tratadas através das demonstrações contábeis (ou financeiras).

“O que é geralmente menos informado, apesar de frequentemente desejado por usuários de relatórios de sustentabilidade, é a contribuição da organização à sustentabilidade de um sistema econômico mais amplo” (GRI, 2006).

O Quadro 2.4 traz os indicadores de desempenho econômicos (EC) propostos, na metodologia preconizada pela GRI para os seus relatórios:

QUADRO 2.4 - Indicadores de Desempenho Econômico (EC)

Aspecto: Desempenho Econômico	
EC1 Essencial	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
EC2 Essencial	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.
EC3 Essencial	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.
EC4 Essencial	Ajuda financeira significativa recebida do governo.
Aspecto: Presença de Mercado	
EC5 Adicional	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário – mínimo local em unidades operacionais importantes.
EC6 Essencial	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
EC7 Essencial	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.
Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos	
EC8 Essencial	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro Bono.
EC9 Adicional	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações GRI (2006)

Os indicadores de desempenho econômico podem ser considerados, ainda, como a contribuição da organização para a sustentabilidade de um sistema econômico mais amplo e demonstram a relação do fluxo de capital entre a organização e os seus diferentes tipos de partes relacionadas.

2.4.2 Desempenho Ambiental

O desempenho ambiental da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo os ecossistemas. As organizações devem indicar nos relatórios, dados concisos sobre a abordagem da gestão com referência a esses aspectos ambientais. O quadro 2.5 descreve tais indicadores.

QUADRO 2.5 – Indicadores de Desempenho Ambiental (EN)

Aspecto: Material	
EN1 Essencial	Materiais usados por peso ou volume.
EN2 Essencial	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Aspecto: Energia	
EN3 Essencial	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
EN4 Essencial	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
EN5 Adicional	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
EN6 Adicional	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.
EN7 Adicional	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.
Aspecto: Água	
EN8 Essencial	Total de retirada de água por fonte.
EN9 Adicional	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.
EN10 Adicional	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
Aspecto: Biodiversidade	
EN11 Essencial	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN12 Essencial	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN13 Adicional	Habitats protegidos ou restaurados
EN14 Adicional	Estratégias medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.
EN15 Adicional	Número e espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas adicionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações discriminadas pelo nível de risco de extinção.
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos	
EN16 Essencial	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.
EN17 Essencial	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
EN18 Adicional	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.
EN19 Essencial	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
EN20 Essencial	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
EN21 Essencial	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
EN22 Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
EN23 Essencial	Número e volume total de derramamentos significativos.
EN24 Adicional	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia ¹³ – Anexos I, II, III e VIII. E percentual de carregamento de resíduos transportados internacionalmente.
EN25 Adicional	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.
Aspecto: Produtos e Serviços	
EN26 Essencial	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
EN27 Essencial	Percentual de produtos e suas embalagens, recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
Aspecto: Conformidade	
EN28 Essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultante da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.
Aspecto: Transporte	
EN29 Adicional	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações GRI (2006)

O consumo de recursos naturais, o gerenciamento dos riscos ambientais e o monitoramento da emissão de poluentes e efluentes são pertinentes a todos os tipos de empreendimento e devem ser incluídos no relatório de sustentabilidade das organizações comprometidas com a sustentabilidade e devem passar por constante aperfeiçoamento.

De certa forma, os aspectos ambientais encontram-se relacionados com os aspectos sociais, pois o homem exerce pressão no meio ambiente, ao mesmo tempo, que depende dele para sobreviver, daí a razão pela qual as organizações devem alinhar tais perspectivas adotando indicadores socioambientais.

2.4.3 Desempenho Social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Os aspectos sociais relacionam-se, diretamente, as atividades das organizações e encontram-se segregados nas categorias de: Práticas Trabalhistas, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

De acordo com Sachs (1993), essa dimensão pretende consolidar um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por uma nova visão do que é uma boa sociedade. Ele resume o objetivo dessa dimensão como sendo a obtenção da equidade na distribuição de renda para os habitantes do planeta.

Em relação a categoria das Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, na dimensão social, os aspectos enumerados abrangem desde a questão do emprego, passando pela diversidade e igualdade das oportunidades entre homens e mulheres, indo até as questões de segurança e saúde do trabalhador. O Quadro 2.6 detalha esses aspectos.

QUADRO 2.6 – Indicadores de desempenho Social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA)

Aspecto: Emprego	
LA1 Essencial	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
LA2 Essencial	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.
LA3 Adicional	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.
Aspecto: Relações entre os trabalhadores e a governança	
LA4 Essencial	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
LA5 Essencial	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
Aspecto: Saúde e Segurança no Trabalho	
LA6 Adicional	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
LA7 Essencial	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.

LA8 Essencial	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
LA9 Adicional	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.
Aspecto: Treinamento e Educação	
LA10 Essencial	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.
LA11 Adicional	Programas para gestão de competência e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.
LA12 Adicional	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.
Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
LA13 Essencial	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
LA14 Essencial	Proporção de salário – base entre homens e mulheres, por categoria funcional.

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações GRI (2006)

2.4.4 Desempenho Social – Direitos Humanos

Os aspectos de Direitos Humanos englobam as questões relacionadas ao trabalho infantil e direito dos indígenas e trata, ainda, do processo de capacitação e treinamento da mão de obra para atuar nas políticas de combate a discriminação e do trabalho infantil e escravo. O Quadro 2.7 descreve esses aspectos.

QUADRO 2.7 – Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos (HR)

Aspecto: Práticas de Investimento e de Processos de Compra	
HR1 Essencial	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.
HR2 Essencial	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e medidas tomadas.
HR3 Adicional	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimento relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.
Aspecto: Não Discriminação	
HR4 Essencial	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas
Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	
HR5 Essencial	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
Aspecto: Trabalho Infantil	
HR6 Essencial	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.
Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	
HR7 Essencial	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.
Aspecto: Práticas de Segurança	
HR8 Adicional	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou

	procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.
Aspecto: Direito Indígenas	
HR9 Adicional	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações GRI (2006)

2.4.5 Desempenho Social – Sociedade

As relações que envolvem as organizações e a sociedade de uma forma geral, incluindo aspectos de combate a corrupção, de políticas públicas e concorrência, encontram-se discriminados na categoria da Sociedade, dentro da dimensão Social, conforme detalha o Quadro 2.8.

QUADRO 2.8 – Indicadores de Desempenho Social – Sociedade (SO)

Aspecto: Comunidade	
SO1 Essencial	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.
Aspecto: Corrupção	
SO2 Essencial	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliação de riscos relacionados a corrupção.
SO3 Essencial	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.
SO4 Essencial	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Aspecto Políticas Públicas	
SO5 Essencial	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.
SO6 Adicional	Valor total de contribuições financeiras em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.
Aspecto: Concorrência Desleal	
SO7 Adicional	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados
Aspecto: Conformidade	
SO8 Essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações GRI (2006)

2.4.6 Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto

Encerrando os indicadores de Desempenho Social tem-se a categoria de Responsabilidade pelo Produto, que traz os aspectos relacionados aos impactos provocados pelo ciclo de vida dos produtos e dos serviços prestados, bem como, o cumprimento de instrumentos legais e relação com consumidores, conforme detalha o Quadro 2.9.

QUADRO 2.9 – Indicadores de Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto (PR)

Aspecto: Saúde e segurança do Cliente	
PR1 Essencial	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
PR2 Adicional	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.
Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços	
PR3 Essencial	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.
PR4 Adicional	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações de rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
PR5 Adicional	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.
Aspecto: Comunicações de Marketing	
PR6 Essencial	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
PR7 Adicional	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
Aspecto: Conformidade	
PR8 Adicional	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes
Aspecto: Compliance	
PR9 Essencial	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações GRI (2006)

2.5 Indicadores Essenciais e Adicionais

Os indicadores de desempenho, conforme pode ser verificado em cada aspecto das dimensões citadas, classificam-se em Essenciais e Adicionais, em razão do grau de interesse, pela informação, manifestada pelas partes relacionadas. Os Essenciais são assim denominados, porque foram desenvolvidos por meio de processos *multistakeholders* da GRI, que buscam identificar indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. Os indicadores Adicionais, ou complementares, representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. “[...] A organização deverá relatar os indicadores essenciais, a menos que eles demonstrem não estarem alinhados aos princípios de relatório da GRI” (GRI 2006).

Na Tabela 2.1, estão contidos a quantidade e a distribuição dos Indicadores de Desempenho previstos na terceira versão das diretrizes GRI, classificados entre essenciais e adicionais, e segregados dentro de cada categoria e dimensão:

TABELA 2.1 – Quantidade de Indicadores Essenciais e Adicionais

Indicadores	EC	EN	LA	HR	SO	PR	Total
Essenciais	7	17	9	6	6	4	49
Adicionais	2	13	5	3	2	5	30
Total	9	30	14	9	8	9	70

Fonte: Adaptado pelo autor

Legenda: (EC) Econômicos, (EN) Ambientais, (LA) Práticas Trabalhistas, (HR) Direitos Humanos, (SO) Sociedade, (PR) Responsabilidade pelo Produto)

2.6 A utilização das diretrizes GRI pelas organizações como instrumento de comunicação das práticas socioambientais

Todas as organizações (privadas, públicas ou sem fins lucrativos), independentemente de porte, setor ou localidade, são incentivadas a elaborar relatórios segundo as Diretrizes da GRI, sejam iniciantes ou experientes. O relatório pode assumir vários formatos: impresso ou publicado em sites na internet, em separado ou como parte do relatório anual ou financeiro.

Algumas organizações podem optar por fazer seu relatório desde o início da Estrutura de Relatórios da GRI, seguindo todos os temas dela contidas, enquanto outras podem começar pelos temas viáveis e práticos, introduzindo outros de forma gradual. Porém, todas deverão descrever o escopo de seu relatório e são estimuladas a indicar os seus planos de ampliação dos Relatórios ao longo do tempo.

O Relatório de Sustentabilidade é um processo sistêmico, que não se inicia e nem termina, com uma publicação impressa ou *on-line* no site da organização. Sua elaboração deverá se enquadrar em um processo mais amplo de estabelecimento de estratégia organizacional, efetivação dos planos de ação e a avaliação de resultados. O relatório possibilita uma sólida avaliação de resultados.

O relatório possibilita uma sólida avaliação de desempenho da organização e pode dar suporte à melhoria contínua do desempenho ao longo do tempo. Também serve como ferramenta para engajar *stakeholders* e assegurar uma contribuição útil a processos organizacionais.

Mais que uma simples prestação de contas, os relatórios devem ser encarados como instrumentos de gestão, auxiliando as empresas que desejam ser, efetivamente, sustentáveis.

Ao estabelecer um padrão, monitorar os indicadores e definir metas futuras e analisar os resultados alcançados, a empresa tem a chance de trazer a sustentabilidade para a prática do dia a dia. Por outro lado, se o processo de elaboração do relatório for elaborado apenas de maneira mecânica ou burocrática, o mesmo corre o risco de se transformar em uma peça ilustrativa e totalmente desconectado com os atos da gestão.

O relatório de sustentabilidade padronizado pela GRI é o mais reconhecido e adotado mundialmente. É importante a adoção de um modelo para permitir o benchmarking entre diferentes organizações e também para garantir a credibilidade do material. Ao seguir um modelo, a empresa se compromete a apresentar e a discutir indicadores nos quais talvez não tenha tido um bom desempenho no período.

Essa postura mostra comprometimento e contribui para apagar, ou mesmo, amenizar a imagem de peça publicitária ou de propaganda institucional que muitos relatórios e balanços sociais costumam denotar.

A busca por assimilar o perfil e as necessidades de informações de suas partes interessadas deve ser um ato contínuo, desenvolvido pelas organizações, uma vez que é muito importante lembrar que o processo de comunicação é uma via de mão dupla e que o dever de ser compreendido é de quem transmite a mensagem.

2.7 Níveis de Aplicação das Diretrizes GRI (G3)

Após a finalização do documento, as organizações reladoras deverão declarar o nível de aplicação da estrutura de relatórios da GRI (G3) por meio do sistema de níveis de aplicação da GRI. Esse sistema visa proporcionar:

- a) Aos usuários dos Relatórios: clareza sobre até que ponto as diretrizes da GRI (G3) e outros elementos da estrutura do relatório foram aplicados em sua elaboração.
- b) Aos relatores: uma visão ou caminho para a expansão progressiva da aplicação da estrutura de relatórios da GRI (G3) ao longo do tempo.

Declarar o nível de aplicação implica uma comunicação clara e transparente, de quais elementos da Estrutura do Relatório da GRI foram aplicados na elaboração do relatório. Para atender às necessidades de relatores iniciantes, intermediários e avançados, o sistema apresenta três níveis, intitulados C, B e A.

A organização se autodeclara um nível de relato, baseada em sua própria avaliação do conteúdo de seu relatório e segundo os critérios dos níveis de aplicação da GRI. Além da autodeclaração, as organizações podem escolher uma ou ambas as opções seguintes: A verificação externa, por meio de auditorias ou certificadoras para obter um parecer a respeito da autodeclaração realizada ou, solicitar a própria GRI que examine sua declaração manifestada.

Mediante a essa opção, as organizações podem autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível, por exemplo: C+, B+, A+, caso tenham se utilizado da verificação externa para

validação de seus relatos.

Depois de concluídos os procedimentos de elaboração dos relatórios com a utilização das diretrizes ou outros elementos da estrutura de relatórios da GRI, devem proceder à notificação junto a *Global Reporting Initiative*, no momento da publicação, manifestando: pela simples notificação a GRI acerca do relatório e fornecer uma cópia em papel ou mesmo em formato eletrônico; solicitando o registro do relatório no banco de dados de relatórios *on-line* da GRI, ou, apenas, solicitar a GRI que proceda ao exame em seu nível de aplicação auto declarado.

A figura 2.1, permite observar melhor o método de divisão dos relatórios, por níveis de aplicação de das diretrizes GRI e processo de auto-avaliação (autodeclaração ou verificação externa), a serem adotados pelas empresas relatoras.

FIGURA 2.1 – Níveis de Aplicação das Diretrizes GRI – G3

Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Níveis de aplicação							
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

Fonte: Reproduzido (GRI, 2006)

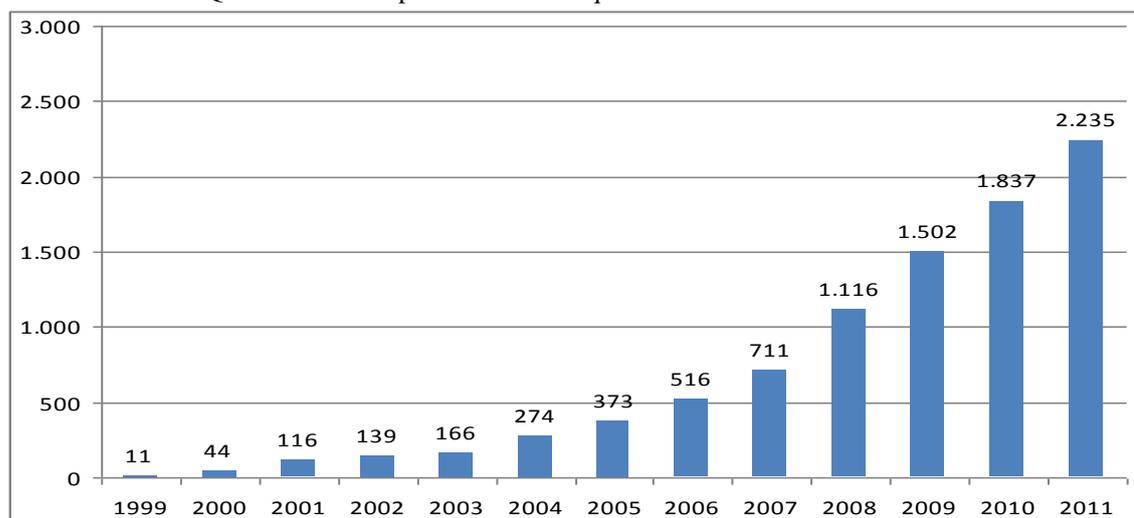
2.8 A evolução da utilização dos Relatórios de Sustentabilidade GRI

Segundo Correa et al. (2011), as organizações ao elaborarem seus relatórios de sustentabilidade têm em mãos um instrumento que permite consolidar uma melhoria sistêmica, além de permitir o diálogo com a sociedade sobre suas ações buscando o desenvolvimento sustentável de forma transparente; “Relatórios de sustentabilidade são

documentos descritivos de uma realidade e devem oferecer informações de forma integral da situação encontrada, seja positivas ou negativas”.

A metodologia difundida pela GRI vem sendo amplamente utilizada pelas empresas no mundo todo, conforme podemos visualizar no gráfico de número 2.1:

GRÁFICO 2.1 – Quantidade de empresas no mundo que utilizam modelo GRI.

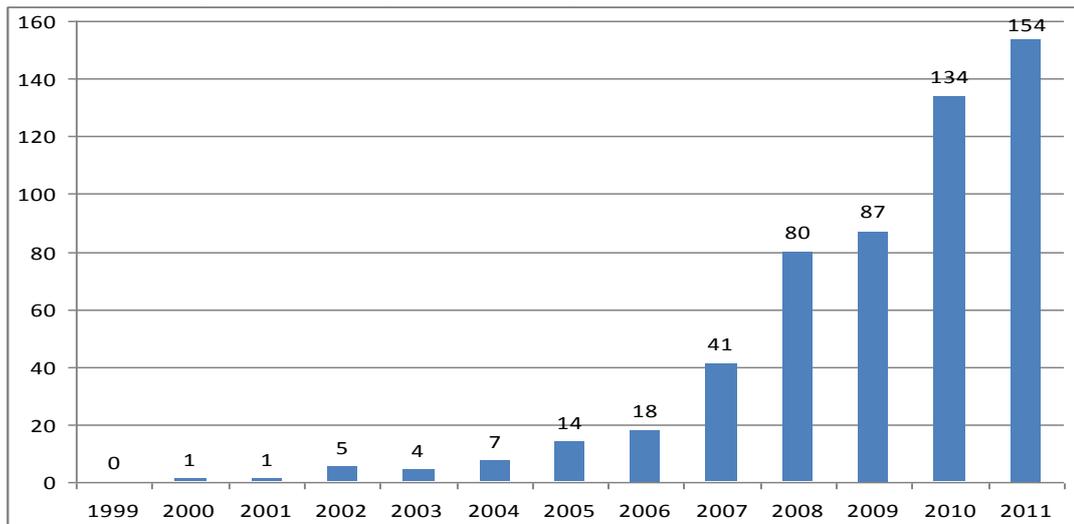


Fonte: Global Reporting Initiative (2006)

Os resultados da pesquisa, realizada junto as informações divulgadas no site acima mencionado, demonstram que o número das empresas que relatam usando as diretrizes da GRI no mundo cresceu significativamente. No ano de 1999, apenas 11 empresas faziam uso deste relatório como forma de comunicar as suas práticas socioambientais. Este número chegou, no ano de 2011, a 2.235 empresas, ou seja, um crescimento de mais de 20.000% em 12 anos, fato este que, em parte, evidencia a legitimação do modelo GRI no mundo todo.

No Brasil, a mesma tendência verificada no gráfico anterior se confirma com a mesma intensidade percentual. Verifica-se que, no gráfico 2.2, o número de empresas brasileiras que passaram a adotar o Relatório de Sustentabilidade, segundo as diretrizes GRI, passou de 1 no ano de 2000 para 154 em 2011, um crescimento de mais de 15.300%.

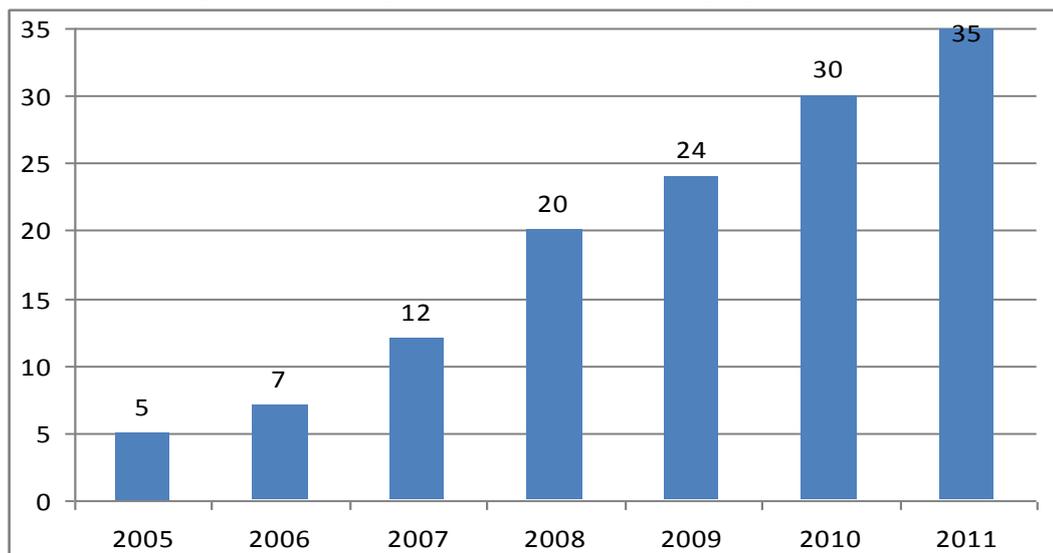
GRÁFICO 2.2 – Quantidade de empresas no Brasil que utilizam modelo GRI.



Fonte: Global Reporting Initiative (2006).

Conforme abordado anteriormente, no presente trabalho, a iniciativa da Bovespa em destacar, através da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial- ISE, como referencial para os investimentos em empresas sócio e ambientalmente responsáveis e promover as boas práticas no meio empresarial, demonstramos, também, a seguir, a evolução do número de relatórios publicados pelas empresas que compõem a carteira do ISE para o período analisado, conforme apresentado no gráfico 2.3.

GRÁFICO 2.3 – Quantidade de empresas listadas no ISE - Bovespa que utilizam modelo GRI



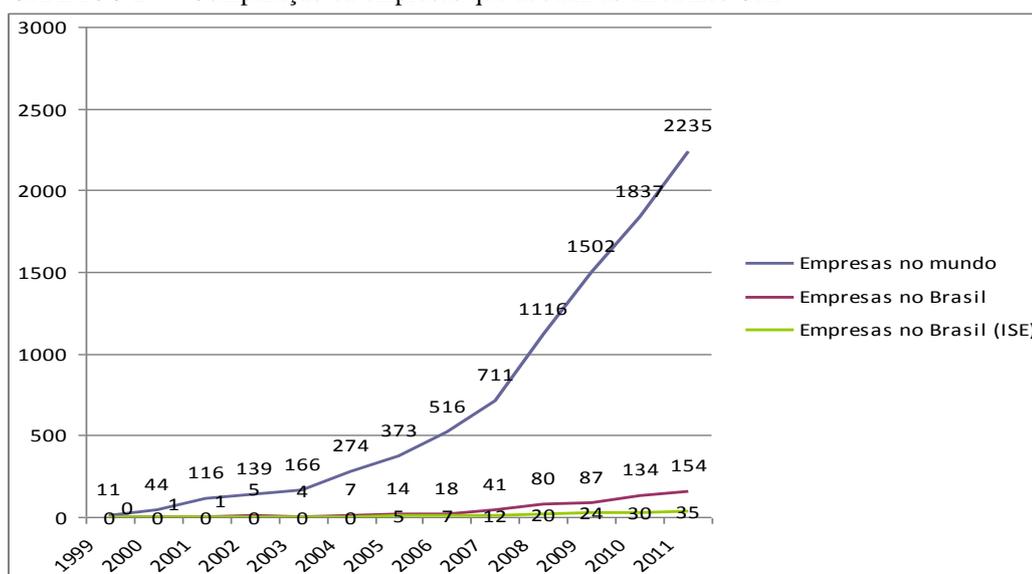
Fonte: Global Reporting Initiative (2006).

Verifica-se, também, em relação às empresas listadas no índice ISE – Bovespa e que adotam o Relatório de Sustentabilidade segundo as diretrizes GRI, a mesma tendência de

evolução detectada nos gráficos e comentários anteriores.

O gráfico 2.4 tem a finalidade de demonstrar a tendência, sempre crescente, de evolução da utilização dos Relatórios de Sustentabilidade GRI entre as empresas no Mundo, no Brasil e na carteira do ISE/Bovespa.

GRÁFICO 2.4 - Comparação da empresas que adotam as diretrizes GRI



Fonte: Preparado pelo autor com base em informações disponíveis Bovespa e GRI

2.9 Análise dos níveis de aplicação das diretrizes GRI G3 nos Relatórios publicados pelas empresas no Brasil

Antecipando os levantamentos e análises a serem realizadas envolvendo os Relatórios de Sustentabilidade elaborados pelas empresas na região de Araraquara, procurou-se avaliar, juntamente com a evolução da utilização dos Relatórios de Sustentabilidade elaborados pelas empresas brasileiras, quais os níveis de aplicação das diretrizes GRI – G3 para os relatórios emitidos entre os anos de 2007 e 2011.

Busca-se, através desta análise, identificar se o perfil a ser caracterizado em nosso estudo, envolvendo as empresas da região administrativa de governo de Araraquara, guardadas as devidas proporções, pode ser relacionado com o conteúdo e a evolução verificada no total dos relatórios de sustentabilidade publicados no Brasil.

TABELA 2.2 – Estrutura e Níveis dos relatórios com verificação em uso no Brasil.

Nível de Aplicação dos Relatórios no Brasil										
Ano	Contém Indexados	C	C+	B	B+	A	A+	Não Declarados	Ainda não Responderam	Total
2007	3	8	2	5	5	3	7	4	3	41
2008		19		19	5	6	10	13		72
2009		23		17	7	13	15	6		81
2010		34	4	30	9	13	21	23		134
2011		33	4	30	9	14	25	4	35	154

Fonte: Organizado pelo autor com base nas informações site <<http://www.globalreporting.org>>

Na Tabela 2.2, os dados permitem observar a estrutura dos relatórios publicados pelas empresas brasileiras com a evolução de seus níveis declarados e é possível perceber que existe uma evolução gradativa em todos os níveis, no período examinado. Outra constatação é a de que para os relatórios de nível A, nível mais alto de aplicação do relatório G3, o número de empresas que submetem seus relatórios a verificação de terceiros é maior que as que se autodeclaram, o que pode ser explicado, em parte, pela necessidade das empresas em legitimarem seus respectivos relatórios.

3 Metodologia da pesquisa

Para responder as questões apresentadas na pesquisa, optou-se por adotar o método de pesquisa de campo, quantitativa, com caráter descritivo. Segundo Oliveira (1997), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos que ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro das variáveis para análises posteriores.

Com a relação a técnica de levantamento de dados, foi utilizada a coleta documental através de fontes primárias de dados, onde procurou-se obter os tipos de reportes socioambientais elaborados pelas empresas fixadas na região de governo de Araraquara, conforme cadastro de empresas associadas, disponibilizado pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo do sistema FIESP/ CIESP, sendo preferencialmente selecionadas, aquelas classificadas como empresas de grande porte, pela entidade de classe.

O objetivo deste levantamento foi, em um primeiro momento, identificar quais os tipos de relatórios estão sendo utilizados pelas empresas da região para comunicação de suas práticas e ações socioambientais, se por meio de Relatório de Sustentabilidade, Balanços Sociais, ou outras formas de divulgação. Posteriormente, obter das empresas relatoras da região, os arquivos contendo os Relatórios de Sustentabilidade emitidos no período para exame dos indicadores de desempenho relatados, bem como, a evolução dos mesmos para o período analisado.

3.1 Critérios para o exame dos Indicadores de Desempenho

Após levantamento das empresas da região que se utilizam dos Relatórios de Sustentabilidade conforme Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), de terceira geração (G3) e seus respectivos relatórios, publicados através de mídia impressa ou digital, foi avaliado o grau de resposta ou declaração das empresas relatoras aos indicadores sugeridos pela GRI, para a elaboração de relatórios, o que evidencia, assim, o comprometimento da empresa em manifestar às suas partes relacionadas (*stakeholders*), o seu desempenho nas dimensões econômica, ambiental e social, visto que a própria GRI encoraja as organizações a declararem tanto pontos positivos quanto negativos, além de suas metas e compromissos relacionados a essas dimensões.

Para exame detalhado dos indicadores relatórios, optou-se por considerar apenas os indicadores de desempenho (econômicos, ambientais e sociais), os quais demonstram o

comprometimento socioambiental das organizações, não considerando as demais exigências da GRI relacionadas ao Perfil das Organizações e da Forma de Gestão, que também, integram o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, juntamente com os referidos Indicadores de Desempenho.

Em relação aos indicadores de desempenho econômicos, ambientais e sociais, os quais foram analisados no presente estudo, decidiu-se por considerar as informações prestadas pelas organizações tanto sobre os indicadores essenciais quanto dos adicionais, buscando demonstrar, dessa maneira, o grau de evidenciação efetiva das empresas, em relação as informações relatadas.

O levantamento dos indicadores relatados pelas organizações foi realizado com base em uma conferência (*check list*) na qual se classificou os indicadores sugeridos pela GRI e os relatados através dos relatórios estudados com base nas seguintes situações:

- a) Declarado (D), quando o indicador sugerido pelas diretrizes GRI encontra-se declarado pela organização;
- b) Não declarado (ND), quando o indicador sugerido pelas diretrizes GRI não se encontra declarado pela organização;
- c) Não Aplicável (N/A), quando a o indicador sugerido pelas diretrizes GRI não se aplica a organização, ressaltando o fato de que, quando da ocorrência dessa situação específica, é a própria organização quem declara que um determinado indicativo é considerado não aplicável.

Importante reforçar, que o fato da organização haver declarado (D), em seu relatório, a afirmação sobre determinado indicador, não significa que a mesma vem cumprindo favoravelmente o seu papel socioambiental. Da mesma forma, quando a organização relatora deixa de declarar determinado indicador (ND), não se quer afirmar que a mesma deixou de cumprir o seu papel perante os seus *stakeholders*, uma vez que o propósito do presente estudo, não é o de se pronunciar à respeito da qualidade das informações prestadas e sim, do grau de adesão das empresas em declarar, ou seja, responder aos indicadores da GRI em termos totais e percentuais.

3.2 O Grau de Evidenciação Efetiva - GEE

O grau de evidenciação efetiva é obtido de acordo com o total de respostas aos indicadores de desempenho, constante nos relatórios de sustentabilidade analisados e será, posteriormente, comparado com os requisitos estabelecidos pela GRI através do documento

Níveis de Aplicação da GRI (GRI, 2006b), para que se possa estabelecer, de acordo com o percentual de respostas apurado nos relatórios e dos requisitos exigidos pela GRI, uma classificação que pode variar de: 0% (que representa o menor grau de evidenciação), a 100% (que corresponde ao maior grau de evidenciação efetiva).

De acordo com a GRI (2006b, p. 2), para ser classificada como nível A, uma organização deve responder, pelo menos, aos 49 indicadores essenciais de um total de 79 indicadores, o equivalente a 62%.

Seguindo o critério de classificação proposto, a organização que apresentar resultados iguais ou superiores a 62%, será considerada, para o presente estudo, como de “alto” grau de evidenciação.

O documento ainda estabelece que, para uma organização ser classificada como nível de aplicação B, ela deve responder a um mínimo de 20 indicadores de desempenho, de um total de 79 indicadores, ou seja, equivalente a 25%. Desta forma, a organização que apresentar resultados entre 25% e 62%, será considerada, neste estudo, como de “médio” grau de evidenciação e, por consequência, a organização que apresentar resultado inferior a 25% será considerada como de “baixo” grau de evidenciação.

A Tabela 3.1 reúne as faixas com os percentuais de respostas aos indicadores sugeridos e suas classificações, com base no Grau de Evidenciação Efetiva.

TABELA 3.1 – Classificação do Grau de Evidenciação Efetiva aos Indicadores GRI

Faixa Percentual Respostas	Classificação
de 0% a 25%	Baixo
de 25,1% a 62%	Médio
de 62,1% a 100%	Alto

Fonte: Preparado pelo autor com base nos dados fornecidos pela GRI

Estes percentuais foram utilizados para avaliar as informações contidas nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas selecionadas neste trabalho.

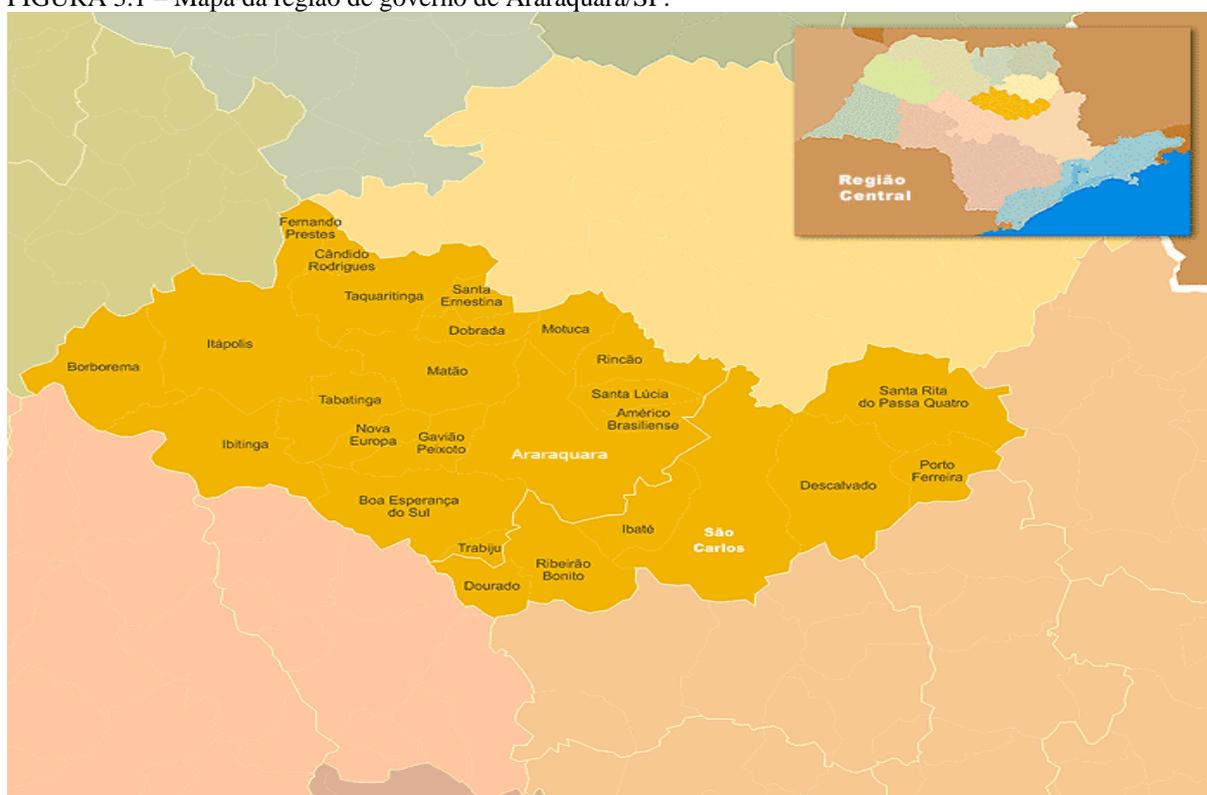
3.3 A região de Governo de Araraquara/SP

Segundo os dados colhidos junto ao SEADE, a região de governo de Araraquara, localizada na região central do Estado de São Paulo, é composta por 19 municípios, abrangendo uma área total de 7.234 km², com uma população de 575.494 habitantes em 2011 e densidade demográfica de 70,55 habitantes por km².

No ano de 2009, o valor do Produto Interno Bruto (PIB) da região, em milhões de Reais correntes, foi de R\$ 13.251,7 e o PIB per capita, em Reais correntes, de R\$ 2.340,72. A região responde por um percentual de 1,222086% no valor do PIB total do Estado de São Paulo.

No mesmo período, a participação da indústria na composição do total do valor adicionado é de 42,24%, da prestação de serviços 52,28% e da agropecuária 5,48%, comprovando a forte participação da atividade industrial e de prestação de serviços na formação da riqueza da região. A região, ainda responde por 3,705852% do total de exportações do estado (SEADE - disponível em www.seade.gov.br)

FIGURA 3.1 – Mapa da região de governo de Araraquara/SP.



Fonte: www.seade.gov.br

3.4 O Sistema FIESP / CIESP

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é a maior entidade de classe da indústria brasileira. Representa cerca de 130 mil indústrias de diversos setores, de todos os portes e das mais variadas cadeias produtivas. Sua missão é representar o setor produtivo, defender a iniciativa privada, a economia de mercado e estar atenta às questões nacionais que impactam na atividade industrial e no desenvolvimento do país.

A FIESP reflete, em sua estrutura, o pensamento estratégico e o tratamento homogêneo às várias cadeias produtivas independentemente do porte das empresas ou do segmento a que pertencem e, através de seus Conselhos Superiores, traçam diretrizes para os trabalhos dos departamentos de Pesquisas e Estudos Econômicos, Relações Internacionais e Comércio Exterior, Infraestrutura, Meio Ambiente, Competitividade e Tecnologia e Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria. Em todo estado de São Paulo, a FIESP é representada por 51 diretorias regionais.

O CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo foi fundado em 28 de março de 1928 e no qual, através do decreto de 1931, se instituiu um novo modelo sindical, baseado em Associações de Classe, Federações Estaduais e Confederações, este passou a se chamar Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. A descentralização das atividades da entidade iniciou-se em 1949 e após a Constituição de 1988, que reformulou as entidades sindicais, o CIESP como entidade se fortalece, ampliando e reforçando sua presença em todo Estado de São Paulo através de 42 Diretorias Regionais, dentre estas, a DR Araraquara, que congrega em seu cadastro de associados regulares, as cidades e empresas, conforme a segmentação discriminada na Tabela 3.2.

TABELA 3.2 – Empresas cadastradas sistema FIESP/CIESP na região de Araraquara

Cidades	Empresas Cadastradas			
	Grandes	Médias	Pequenas	Total
Américo Brasiliense	1	5	1	7
Araraquara	9	33	66	108
Gavião Peixoto	1	0	0	1
Ibitinga	1	2	5	8
Itápolis	4	0	2	6
Jaboticabal	1	5	6	12
Monte Alto	3	3	0	6
Nova Europa	1	0	0	1
Santa Adélia	0	0	1	1
Taquaritinga	0	0	1	1
Total	22	48	82	151

Fonte Ciesp – Diretoria Regional de Araraquara

3.5 As formas de comunicação das práticas sócio-ambientais adotadas pelas empresas selecionadas na região de Araraquara/SP.

As empresas de grande porte, sediadas na região de Araraquara, foram consultadas

com o objetivo de identificar os tipos de relatórios elaborados pelas mesmas. Das 22 empresas consultadas, 20 retornaram os nossos contatos e o resultado pode ser verificado no Quadro 3.1.

QUADRO 3.1 – Relatórios emitidos por empresas de grande porte da região de Araraquara/SP

Cidade	Empresas	Relatório / Documento	Obs.
Américo Brasiliense	Usina Santa Cruz	Não emite	A
Araraquara	Indústria Alumínio Ramos	Não emite	A
	Heineken Brasil (C. Kaiser)	<u>Relatório Sustentabilidade GRI</u>	B
	Iesa	Balanco Social (Ethos)	C
	Lupo S/A	Site	D
	Nestlé Brasil	Site	D
	Usicon	Não emite	A
	Usina Zanin – COSAN	<u>Relatório Sustentabilidade GRI</u>	B
	Work Serviços	Não emite	A
	ZF Brasil	Site	D
Gavião Peixoto	EMBRAER	<u>Relatório Sustentabilidade GRI</u>	B
Ibitinga	Juma Enxovais	Site	D
Itápolis	Indústria Transformadores Itaipu	Não emite	A
	Portflex Ind. Comércio Serviços	Não emite	A
	Triangulo Alimentos	Não emite	A
	Irmãos Malosso	Não emite	A
Monte Alto	Dia Frag Ind Comércio Motopeças	Não emite	A
	Fugini Alimentos	Não emite	A
	HBA Hutchinson Bras Automotive	Não emite	A
Nova Europa	Usina Santa Fé	Balanco Social (Ethos)	C
Legenda:			
A - empresa informou que não emite nenhum tipo de relatório nem publicação sobre assunto			
B - empresa elabora o Relatório de Sustentabilidade segundo as diretrizes GRI			
C - empresa elabora o Balanço Social conforme indicadores Ethos de responsabilidade social			
D - empresa publica as suas ações ou práticas ambientais em seu próprio site na internet			

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base nas informações cedidas pelas empresas

Com base nos levantamentos realizados junto as 20 empresas de grande porte da região de governo de Araraquara, as quais retornaram nosso contato, das 22 associadas ao sistema FIESP/CIESP, verifica-se que a maior parte delas (55% ou onze empresas), ainda não elabora nenhum tipo de reporte como forma de externar as suas ações e investimentos em práticas sócio-ambientais. Outras quatro empresas (20%) o fazem de forma ilustrativa em seus próprios sítios, porém, quase sempre mencionando iniciativas isoladas ou práticas pontuais, sem evidenciar o resultado ou evolução das medidas adotadas.

Do total de empresas de grande porte consultadas na região de Araraquara, duas empresas (10%) elaboram o Balanço Social, conforme os indicadores difundidos pelo Instituto ETHOS de Responsabilidade Social, que, de certa forma, acabou por substituir a metodologia anterior difundida pelo IBASE.

Três empresas, correspondente a 15% do total das grandes empresas cadastradas junto ao CIESP e fixadas na região de governo de Araraquara, elaboram Relatórios de Sustentabilidade GRI G3 e, cujos relatos serão objeto de estudo mais detalhado de conteúdo e indicadores, neste trabalho.

3.6 Relatórios GRI G-3 emitidos pelas empresas da região de Araraquara/SP

No caso das empresas que adotaram o Relatório de Sustentabilidade GRI – G3 como instrumento de evidenciação, é possível verificar, inicialmente, uma evolução no nível de evidenciação dos mesmos, sendo que a EMBRAER passou do nível C em 2009 para B em 2010/2011 e a utilização de fontes externas (+) na checagem das informações geradas pelas companhias COSAN e Heineken Brasil, conforme o Quadro 3.2.

QUADRO 3.2 – Relatórios de Sustentabilidade GRI – G3 emitidos nas empresas região de Araraquara

Empresa	Local	Atividade	2000 a 2007	2008	2009	2010	2011
Usina Zanin/COSAN	Araraquara	Outros	-	-	-	G3 B+	G3 B+
EMBRAER	Gavião Peixoto	Outros	-	G3 C	G3 C	G3 B	B
Heineken Brasil	Araraquara		N/L	N/L		G 3.1 B+	

Fonte: Quadro organizado pelo autor conforme sites das empresas e confirmados no site da GRI.

N/L: Não localizamos informações mais detalhadas sobre os relatórios emitidos em períodos anteriores.

Após conhecidas as organizações que elaboram Relatórios de Sustentabilidade, baseados nas diretrizes GRI, fixadas na região de governo de Araraquara, passamos a avaliar, com maior detalhamento, as informações contidas nos mesmos, bem como, os indicadores atendidos através das respostas aos indicadores sugeridos.

3.7 Relatórios de Sustentabilidade – Usina Zanin (Grupo COSAN)

A COSAN teve sua fundação em 1936, com a operação da Usina Costa Pinto, em Piracicaba/SP, focada na produção de açúcar e etanol. A marca COSAN passou a ser utilizada a partir de 2000 e atualmente, é um dos maiores grupos empresariais privados do país, com negócios integrados nos segmentos de energia e infraestrutura. Fazem parte do grupo, as empresas: Rumo Logística, Raízen, Cosan Lubrificantes e Especialidades e Radar Propriedades Agrícolas.

Em janeiro de 2011, a COSAN anuncia a compra da USINA ZANIN, localizada em Araraquara/SP, unidade que possui capacidade de moagem de aproximadamente 2,6 milhões

de toneladas de cana-de-açúcar, o equivalente a 4,8% da moagem total da COSAN no ano de 2011. Além desta, o grupo possui outras três usinas na mesma região, a USINA TAMOIO, também em Araraquara/SP, USINA SERRA em Ibaté/SP e a USINA BONFIM em Guariba/SP.

Em setembro de 2009, a COSAN nomeou uma Coordenadoria de Sustentabilidade, visando iniciar um processo interno estruturado, a fim de organizar todas as iniciativas que já desenvolvia nas áreas social e ambiental. Fato esse que, aliadas a outras medidas e ações, concretizou no ano de 2010 na emissão do seu primeiro Relatório de Sustentabilidade englobando o período de 2009/2010.

O primeiro Relatório de Sustentabilidade (2010), elaborado com base nas diretrizes GRI, inclui as operações de todas as unidades do grupo e responde a 38 indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, alcançando o nível de aplicação B+ para o relato e com checagens realizadas pela própria GRI e verificação externa pela Ernst & Young Brazil. Para o segundo Relatório de Sustentabilidade GRI G3 emitido pela COSAN (2011), manteve-se o mesmo nível de aplicação das diretrizes e classificação B+.

3.7.1 Análise dos indicadores de desempenho reportados - COSAN

Demonstra-se, em seguida, as checagens realizadas (*check list*) nos indicadores declarados nos Relatórios de Sustentabilidade emitidos pela COSAN nos anos de 2010 e 2011. O Quadro 3.3, traz os resultados considerando os Indicadores de Desempenho Econômicos.

QUADRO 3.3 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Econômico - COSAN

Desempenho Econômico (EC)					
Forma de Gestão				2010	2011
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	E		D	ND
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	E		ND	ND
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	E		D	D
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	E		D	D
Presença de Mercado					
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	A		D	D
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	E		D	D
EC7	Procedimento para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	E		D	D
Impactos Econômicos Indiretos					

EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro Bono	E		D	D
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	A		ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Em relação aos indicadores analisados, na dimensão econômica, nota-se que a empresa atende, ou responde, a maior parte deles, 80% em 2010 com uma sensível redução em 2011 com 78%. Não foram declarados, para os dois anos consecutivos, indicadores relacionados aos aspectos de identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos e os riscos e oportunidades resultantes das alterações climáticas sobre as atividades da organização.

O Quadro 3.4 descreve as checagens realizadas (*check list*) sobre o conjunto de indicadores de desempenho ambiental.

QUADRO 3.4 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Ambiental – COSAN

Desempenho Ambiental (EN)					
Forma de Gestão				2010	2011
Materiais					
EN1	Materiais usados por peso ou volume	E		D	D
EN2	Percentual dos materiais usados por peso ou volume	E		D	ND
Energia					
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	E		D	D
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	E		D	D
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	A		ND	ND
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis e a redução na necessidade de energia resultante de dessas iniciativas	A		ND	ND
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	A		ND	ND
Água					
EN8	Total ou retirada de água por fonte	E		ND	D
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	A		ND	ND
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	A		ND	ND
Biodiversidade					
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	E		ND	ND
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	E		ND	ND
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	A		ND	D
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	A		ND	ND

EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	A		ND	ND
Emissões, Efluentes e Resíduos					
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	E		D	D
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	E		D	D
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	A		ND	ND
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	E		ND	ND
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas, por tipo e peso	E		ND	ND
EN21	Descarte total de água, por quantidade e destinação	E		ND	D
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	E		ND	ND
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	E		D (N/A)	D
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III E VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	A		ND	ND
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	A		ND	ND
Produtos e Serviços					
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão de redução desses impactos	E		ND	ND
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens, recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	E		D	ND
Conformidade					
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	E		D	ND
Transporte					
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização bem como do transporte de trabalhadores	A		ND	ND
Geral					
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	A		ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa, **(N/A)** Não Aplicável

Verifica-se que a dimensão econômica possui o maior número de indicadores a serem atendidos pelas organizações relatoras. A COSAN nos exercícios de 2010 e 2011 deixou de atender, consecutivamente, a seis indicadores essenciais (de um total de 17 – 35%), entre esses, destaca-se as ações e iniciativas para mitigar os impactos ambientais resultantes dos produtos e serviços (EN26). Não foram informados os indicadores sobre a emissão de gases de efeito estufa, substâncias destruidoras da camada de ozônio, outras emissões atmosféricas e peso dos resíduos (EN19, EN20 e EN22).

Dados sobre o total de áreas ocupadas, arrendadas ou administradas, situadas dentro de áreas protegidas (EN11 e EN12), bem como, os impactos significativos causados nestas áreas, também, deixaram de ser respondidos.

Os indicadores de desempenho social relacionados a categoria das práticas trabalhistas encontram-se descritos no Quadro 3.5.

QUADRO 3.5 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas - COSAN

Desempenho Social – Práticas trabalhistas e Trabalho Decente (LA)					
Emprego				2010	2011
LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	E		D	D
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados	E		D	ND
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período discriminados pelas principais operações	A		D	ND
Relações entre trabalhadores e Governança					
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	E		D	D
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	E		ND	ND
Segurança e saúde no Trabalho					
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	A		D	D
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	E		ND	D
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	E		D	D
LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	A		D	D
Treinamento e Educação					
LA10	Medias de horas de treinamento	E		D	ND
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade de empregabilidade dos empregados e para gerenciar o fim da carreira	A		D	D
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	A		D	D
Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação dos empregados por categoria, de acordo com gêneros, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	E		D	ND
LA14	Proporção de salário – base entre homens e mulheres, por categoria funcional	E		D	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (E) Indicadores Essenciais, (A) Indicadores Adicionais/complementares, (D) Indicador Declarado pela empresa, (ND) Indicador Não Declarado pela empresa

Em relação às práticas trabalhistas, o único indicador não atendido pela empresa, nos dois anos consecutivos, trata do aspecto relacionado aos trabalhadores e a governança,

referente ao cumprimento dos prazos mínimos para notificação, com antecedência, das mudanças operacionais (LA5).

No Quadro 3.6 encontra-se o *check list* dos indicadores de direitos humanos, na dimensão social, da empresa COSAN.

QUADRO 3.6 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos - COSAN

Desempenho Social – Direitos Humanos (HR)					
Práticas de Investimentos e de Processos de Compras				2010	2011
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	E		ND	ND
HR2	Percentual e empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	E		ND	ND
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	A		ND	ND
Não Discriminação					
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	E		D	D
Liberdade Associação / Negociação Coletiva					
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	E		D	D
Trabalho Infantil					
HR6	Operações de riscos de ocorrência de trabalho infantil	E		ND	D
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo					
HR7	Operações de riscos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo a escravo	E		ND	D
Práticas de Segurança					
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	A		ND	ND
Direitos Indígenas					
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	A		D	D

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Apenas dois indicadores essenciais não foram declarados pela empresa nos dois anos avaliados, que dizem respeito ao número de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas de direitos humanos (HR1) e de empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações de direitos humanos, sem motivações aparentes ou informações de não aplicabilidade.

No Quadro 3.7 está contida a avaliação dos indicadores relacionados com as relações entre empresa e sociedade.

QUADRO 3.7 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Sociedade - COSAN

Desempenho Social – Sociedade (SO)					
Comunidade				2010	2011
SO1	Programas e praticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade.	E		D	D
Corrupção					
SO2	Percentual e número total de unidades de negocio submetidas a avaliação de riscos relacionados a corrupção.	E		ND	ND
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	E		ND	ND
SO4	Medidas tomadas em respostas a casos de corrupção.	E		ND	D
Políticas Públicas					
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	E		D	D
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	A		D	ND
Concorrência Desleal					
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio, e seus resultados.	A		D	ND
Conformidade					
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sansões não-monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos.	E		ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (E) Indicadores Essenciais, (A) Indicadores Adicionais/complementares, (D) Indicador Declarado pela empresa, (ND) Indicador Não Declarado pela empresa

Chama atenção, nos aspectos avaliados, os três indicadores essenciais não informados nos dois anos analisados (50% do total), em relação a avaliação de riscos nas unidades de negócio relacionados a corrupção (SO2), percentual de empregados treinados nas políticas de anticorrupção (SO3) e valor das multas e sansões resultantes do descumprimento de leis e regulamentos.

Os indicadores relacionados a responsabilidade pelo produto estão contidos no Quadro de número 3.8.

QUADRO 3.8 – *Check list* Indicadores Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto – COSAN

Responsabilidade Pelo Produto (PR)					
Saúde e Segurança do Cliente				2010	2011
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando a melhoria e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	E		ND	D
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, por tipo de resultados.	A		ND	D
Rotulagem de Produtos e Serviços					
PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	E		ND	D
PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços discriminados por tipo de resultado.	A		ND	D

PR5	Práticas relacionadas a satisfação do cliente incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	A		D	D
Comunicações de Marketing					
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	E		D	D
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	A		ND	D
Conformidade					
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	A		ND	D
Compliance					
PR9	Valor monetário de multas significativas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	E		D	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Praticamente todos os indicadores essenciais relativos a responsabilidade pelo produto, foram atendidos nos dois anos analisados. Houve uma evolução significativa no número total de indicadores informados, de três no ano de 2010 para oito em 2011.

3.7.2. Análise dos resultados dos indicadores de desempenho reportados - COSAN

Para facilitar a análise e a interpretação dos resultados apurados nos exames realizados nas informações dos relatórios de sustentabilidade da COSAN, nos anos de 2010 e 2011, elaborou-se a Tabela 3.3 que demonstra, quantitativamente, as declarações (respostas) da empresa aos indicadores de desempenho, essenciais e adicionais, segregados por dimensão, bem como, o percentual de resposta em relação ao total de Indicadores previstos pela GRI.

TABELA 3.3 – Análise dos resultados apurados nos Relatórios de Sustentabilidade da COSAN

Indicadores de Desempenho	Qt / %	Indicadores Propostos GRI		Indicadores Declarados			
		Essenc	Adic	2010		2011	
				Essenc	Adic	Essenc	Adic
Desempenho Econômico – EC	Q	7	2	6	1	5	1
	%			86%	50%	71%	50%
Desempenho Ambiental – EM	Q	17	13	9	0	8	1
	%			53%	0	47%	7,6%
DS Práticas Trabalhistas – LA	Q	9	5	7	5	4	4
	%			78%	100%	44%	80%
DS Direitos Humanos – HR	Q	6	3	2	1	4	1
	%			33%	33%	66%	33%
DS Sociedade – SO	Q	6	2	2	2	3	0
	%			33%	100%	50%	0
DS Responsabilidade Produto – PR	Q	4	5	2	1	3	5
	%			50%	20%	75%	100%

Total das Declarações por tipo de Indicador (Essencial/ Adicional)	Q	49	30	28	10	27	12
	%			57%	33%	55%	40%
Total das Declarações	Q	79		38		39	
	%			48%		49%	

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

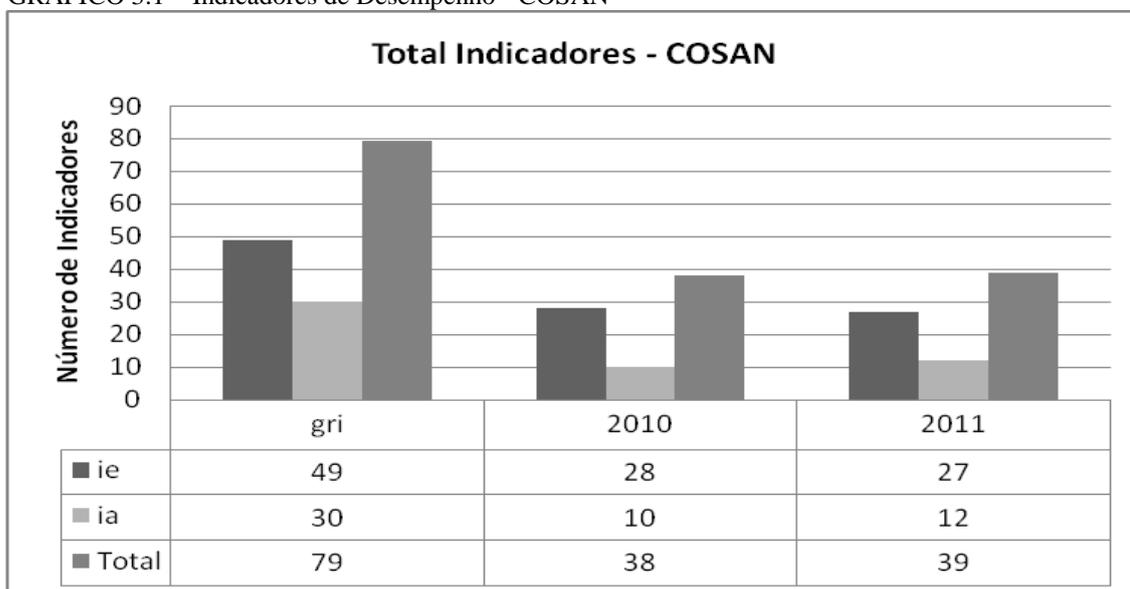
Legenda: **(Qt)** (Q) Quantidade, **(Essenc)** Indicadores Essenciais, **(Adic)** Indicadores Adicionais

Em termos totais, com base nos resultados obtidos na análise dos indicadores de desempenho informados nos Relatórios de Sustentabilidade emitidos nos anos de 2010 e 2011, verifica-se que a empresa COSAN, registrou uma pequena evolução percentual entre os períodos examinados, passando de 38 indicadores informados no ano de 2010, para 39 indicadores.

No ano seguinte, apurou-se um percentual de 49% de indicadores informados, contra 48% do ano anterior, sem nunca, portanto, atingir 50% do total de indicadores de desempenho previstos nas diretrizes GRI – G3.

O Gráfico 3.1 demonstra, em termos totais, os indicadores de desempenho informados pela companhia COSAN, nos dois exercícios analisados, em relação aos sugeridos pela GRI.

GRÁFICO 3.1 – Indicadores de Desempenho - COSAN



Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Legenda: **(GRI)** Global Reporting Initiative, **(ie)** Indicadores Essenciais, **(ia)** Indicadores Adicionais

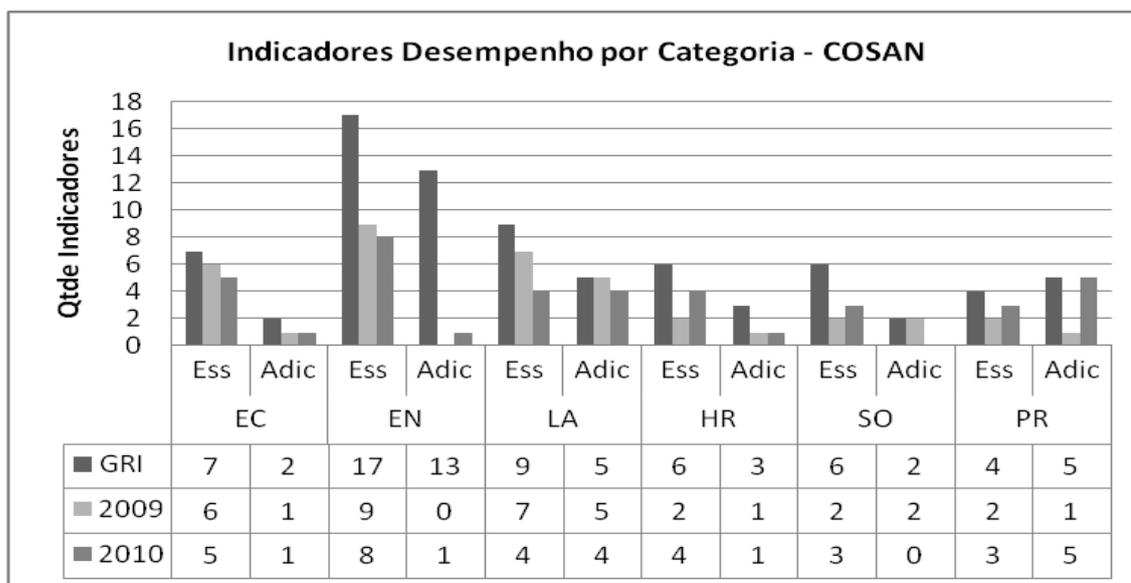
Isolando-se os resultados obtidos nas respostas aos Indicadores Essenciais (IE), verifica-se que houve uma redução dos indicadores atendidos, em termos quantitativos, em torno de 57% no ano de 2010, para 55%, no ano seguinte.

Em contrapartida, apurou-se um acréscimo entre os indicadores adicionais informados, passando de 33% em 2010, para 40% de indicadores adicionais informados pela

companhia no ano de 2011.

A avaliação das respostas aos indicadores segregados por dimensões pode ser verificada no Gráfico 3.2 que demonstra, ainda, o atendimento aos indicadores essenciais e adicionais.

GRÁFICO 3.2 – Indicadores de Desempenho por Categoria - COSAN



Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Legenda: **(EC)** Econômico, **(EN)** Ambiental, **(LA)** Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, **(HR)** Direitos Humanos, **(SO)** Social, **(PR)** Responsabilidade com o Produto, **(Ess)** Essencial, **(Adc)** Adicional.

Na mesma análise, verifica-se que, em relação ao desempenho informativo da companhia com base nas respostas aos indicadores segregados por dimensão informada (Econômica, Ambiental e Social), que nos anos de 2010 e 2011, a COSAN respondeu a apenas 30% dos indicadores previstos na categoria de Desempenho Ambiental e que, juntamente com os percentuais de respostas as categorias de Direitos Humanos em 2010, com 33%, Sociedade em 2011, com 33% e Responsabilidade com o Produto em 2010, com 33%, foram os percentuais mais baixos apurados, em todo o período.

Ainda neste período, os melhores registros relativos aos percentuais de resposta aos indicadores (por categoria/dimensão) ocorreram nas categorias Desempenho Econômico (EC), na dimensão Econômica, no ano de 2009, quando obtivemos um percentual de 78% de respostas e em Práticas Trabalhistas (LA), com 86% de respostas aos indicadores de desempenho previstos nas diretrizes GRI – G3.

3.8 Relatórios de Sustentabilidade – EMBRAER

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A – EMBRAER, é uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Sediada na cidade de São José dos Campos, a empresa está presente com escritórios, instalações industriais e centros de serviços no país e no exterior.

Criada em agosto de 1969, por iniciativa do Governo Federal, a EMBRAER transformou ciência e tecnologia em engenharia e capacidade industrial. Privatizada em 1994, viveu um processo de expansão e hoje atua nos segmentos de aviação comercial, executiva, defesa e segurança.

As atividades de engenharia, desenvolvimento e fabricação, no Brasil, são mantidas em cinco unidades industriais localizadas nas cidades de São José dos Campos, Eugênio de Melo, Campinas, Botucatu e Gavião Peixoto, esta última fixada na região de governo de Araraquara, todas no Estado de São Paulo.

No ano de 2008, a EMBRAER adota pela primeira vez, de forma voluntária, as diretrizes da *Global Reporting Initiative* – GRI em seu Relatório de Sustentabilidade, encartado em seu Relatório Anual, com o nível de aplicação autodeclarado C (*self declared*), declarando a 39 indicadores de desempenho, assim como em 2009 quando a empresa declarou a 42 indicadores, permanecendo o relatório autodeclarado no nível C. Importante destacar, que ambos os relatórios de sustentabilidade não foram submetidos à revisão de autodeclaração por parte da GRI e nem a revisão ou certificação externa por parte independente da organização.

Em 2010, a empresa elevou o nível de seu relatório de sustentabilidade para B, sempre autodeclarado (*self declared*) e respondendo a 58 dos 79 indicadores previstos nas diretrizes GRI para elaboração de relatórios sem, contudo, submeter o documento a conferência e validação externa.

3.8.1 Análise dos indicadores de desempenho reportados - EMBRAER

Demonstra-se, em seguida, as checagens realizadas (*check list*) nos indicadores declarados nos Relatórios de Sustentabilidade emitidos pela EMBRAER para os anos de 2008 a 2011.

No Quadro 3.9, os Indicadores de Desempenho Econômicos.

QUADRO 3.9 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Econômico - EMBRAER

Indicadores de Desempenho Econômico (EC)						
Desempenho Econômico			2008	2009	2010	2011
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	E	D	D	D	D
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	E	ND	ND	D	D
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	E	D	D	D	D
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	E	ND	ND	ND	ND
Presença de Mercado						
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	A	ND	ND	D	D
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	E	ND	ND	D	D
EC7	Procedimento para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	E	D	ND	D	D
Impactos Econômicos Indiretos						
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro Bono	E	ND	ND	D	D
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	A	ND	ND	D	D

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (**E**) Indicadores Essenciais, (**A**) Indicadores Adicionais/complementares, (**D**) Indicador Declarado pela empresa, (**ND**) Indicador Não Declarado pela empresa

O destaque que se faz, em relação as verificações realizadas, além da visível evolução das respostas no decorrer do período, é em relação ao único indicador essencial não declarado nos quatro exercícios examinados, que trata da ajuda financeira recebida do governo (EC4).

O Quadro 3.10 reúne as avaliações dos Indicadores de Desempenho Ambiental.

QUADRO 3.10 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Ambiental – EMBRAER

Indicadores de Desempenho Ambiental (EN)						
Materiais			2008	2009	2010	2011
EN1	Materiais usados por peso ou volume	E	ND	ND	ND	ND
EN2	Percentual dos materiais usados por peso ou volume	E	ND	ND	ND	ND
Energia						
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	E	ND	D	D	ND
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	E	D	D	D	D
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	A	D	D	D	D
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis e a redução na necessidade de energia resultante de dessas iniciativas	A	D	D	D	D
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	A	D	D	D	D
Água						
EN8	Total ou retirada de água por fonte	E	D	D	D	D
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	A	ND	ND	ND	ND
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	A	ND	ND	D	D
Biodiversidade						

EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	E	ND	D	D	D
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	E	D	D	D	D
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	A	ND	D	D	D
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	A	D	ND	D	D
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	A	ND	ND	ND	ND
Emissões, Efluentes e Resíduos						
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	E	D	D	D	D
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	E	D	D	D	D
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	A	D	D	D	D
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	E	D	ND	D	D
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas, por tipo e peso	E	D	D	D	D
EN21	Descarte total de água, por quantidade e destinação	E	D	D	D	D
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	E	D	D	D	D
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	E	D	D	ND	ND
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III E VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	A	N/A	D	D	D
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	A	N/A	ND	D	D
Produtos e Serviços						
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão de redução desses impactos	E	D	D	D	D
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens, recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	E	ND	N/A	D	ND
Conformidade						
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	E	ND	ND	ND	ND
Transporte						
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização bem como do transporte de trabalhadores	A	ND	ND	ND	ND
Geral						
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	A	D	D	D	D

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Em relação aos trinta indicadores relativos ao Desempenho Ambiental (EN) propostos nas diretrizes GRI para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, dimensão com o maior número de indicadores, a EMBRAER não declarou, para os quatro anos consecutivos, apenas três indicadores essenciais, sendo dois relacionados aos materiais e percentual de materiais

utilizados, por peso e volume (EN1 e EN2) e, em relação a conformidade, sobre o valor de multas significativas ou sanções por descumprimento ou não conformidade com leis e regulamentos ambientais (EN28). As checagens dos Indicadores relacionados as Práticas Trabalhistas encontram-se no Quadro 3.11.

QUADRO 3.11 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas – EMBRAER

Desempenho Social – Práticas trabalhistas e Trabalho Decente (LA)						
Emprego			2008	2009	2010	2011
LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	E	D	D	D	D
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados	E	ND	ND	D	D
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período discriminados pelas principais operações	A	D	D	D	ND
Relações entre trabalhadores e Governança						
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	E	D	D	D	D
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	E	ND	ND	ND	ND
Segurança e saúde no Trabalho						
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	A	ND	ND	D	D
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	E	ND	D	D	D
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	E	D	D	D	D
LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	A	D	D	D	D
Treinamento e Educação						
LA10	Medias de horas de treinamento	E	D	D	D	D
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade de empregabilidade dos empregados e para gerenciar o fim da carreira	A	D	D	D	D
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	A	D	D	D	D
Diversidade e Igualdade de Oportunidades						
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação dos empregados por categoria, de acordo com gêneros, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	E	ND	ND	ND	D
LA14	Proporção de salário – base entre homens e mulheres, por categoria funcional	E	ND	ND	ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (E) Indicadores Essenciais, (A) Indicadores Adicionais/complementares, (D) Indicador Declarado pela empresa, (ND) Indicador Não Declarado pela empresa

Neste conjunto, dois indicadores essenciais deixaram de ser informados nos quatro anos de relatórios publicados. O que se refere ao prazo mínimo de notificação com antecedência a respeito de mudanças operacionais (LA5) e sobre a proporção de salário-base

entre homens e mulheres (LA14).

O Quadro 3.12 engloba as análises a respeito dos Direitos Humanos.

QUADRO 3.12 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos - EMBRAER

Desempenho Social – Direitos Humanos (HR)						
Práticas de Investimentos e de Processos de Compras			2008	2009	2010	2011
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	E	ND	ND	D	D
HR2	Percentual e empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	E	D	D	D	D
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	A	ND	ND	ND	ND
Não Discriminação						
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	E	D	D	D	D
Liberdade Associação / Negociação Coletiva						
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	E	D	D	D	D
Trabalho Infantil						
HR6	Operações de riscos de ocorrência de trabalho infantil	E	D	D	D	D
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo						
HR7	Operações de riscos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo a escravo	E	D	D	D	D
Práticas de Segurança						
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	A	ND	ND	ND	ND
Direitos Indígenas						
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	A	N/A	N/A	ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (**E**) Indicadores Essenciais, (**A**) Indicadores Adicionais/complementares, (**D**) Indicador Declarado pela empresa, (**ND**) Indicador Não Declarado pela empresa

Neste grupo, nenhum indicador essencial deixou de ser atendido ou respondido pela companhia no decorrer dos quatro anos examinados.

As relações entre empresa e sociedade foram examinadas de acordo com os indicadores demonstrados no Quadro 3.13.

QUADRO 3.13 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Sociedade - EMBRAER

Desempenho Social – Sociedade (SO)						
Comunidade			2008	2009	2010	2011
SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade.	E	D	D	D	D
Corrupção						
SO2	Percentual e número total de unidades de negócio submetidas a avaliação de riscos relacionados a corrupção.	E	D	D	D	D
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	E	ND	ND	D	D
SO4	Medidas tomadas em respostas a casos de corrupção.	E	D	D	ND	ND
Políticas Públicas						
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	E	ND	D	D	D
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	A	ND	ND	ND	ND
Concorrência Desleal						
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio, e seus resultados.	A	ND	ND	ND	ND
Conformidade						
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos.	E	ND	ND	ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (**E**) Indicadores Essenciais, (**A**) Indicadores Adicionais/complementares, (**D**) Indicador Declarado pela empresa, (**ND**) Indicador Não Declarado pela empresa

Nesta avaliação, verifica-se que, mais uma vez, um único indicador essencial relativo ao valor de multas significativas ou sanções monetárias em razão da não conformidade com leis e regulamentos deixa de ser informado (SO8), como anteriormente destacado no desempenho ambiental.

O Quadro 3.14 sintetiza as análises em relação aos indicadores de Responsabilidade pelo Produto.

QUADRO 3.14 – *Check list* dos Indicadores Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto – EMBRAER

Responsabilidade Pelo Produto (PR)						
Saúde e Segurança do Cliente			2008	2009	2010	2011
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando a melhoria e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	E	ND	ND	D	D
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, por tipo de resultados.	A	D	D	D	D
Rotulagem de Produtos e Serviços						
PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	E	D	D	D	D
PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços discriminados por tipo de resultado.	A	ND	ND	ND	ND
PR5	Práticas relacionadas a satisfação do cliente incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	A	D	D	ND	D
Comunicações de Marketing						

PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	E	ND	ND	ND	ND
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	A	ND	ND	ND	ND
Conformidade						
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	A	ND	ND	ND	ND
Compliance						
PR9	Valor monetário de multas significativas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	E	ND	ND	ND	ND

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Mais dois indicadores essenciais deixaram de ser atendidos durante os quatro anos consecutivos, nesta categoria, o que se refere a programas de adesão a leis normas e códigos voluntários relacionados a marketing publicidade promoções e patrocínios (PR6) e, novamente, a especificação sobre valor de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos, relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços (PR9).

3.8.2 Análise dos resultados dos exames - EMBRAER

Com o objetivo de facilitar a avaliação dos resultados apurados na checagem dos relatórios de sustentabilidade da EMBRAER, para o período de 2008 a 2010, a Tabela 3.4 foi elaborada a fim de demonstrar a quantidade de declarações ou respostas da empresa aos indicadores de desempenho essenciais e adicionais, segregados por dimensão.

TABELA 3.4 – Análise dos resultados apurados nos Relatórios de Sustentabilidade da EMBRAER

Indicadores de Desempenho	Q / %	Indicadores propostos/GRI		Indicadores Declarados							
		Ess	Adc	2008		2009		2010		2011	
				Ess	Adc	Ess	Adc	Ess	Adic	Ess	Adc
Desempenho Econômico EC	Q	7	2	3	0	2	0	6	2	6	2
	%			43%	0	28%	0	86%	100%	86%	100%
Desempenho Ambiental EN	Q	17	13	11	6	12	7	13	10	11	10
	%			65%	46%	70%	54%	76%	77%	65%	77%
DS Práticas Trabalhistas LA	Q	9	5	4	4	5	4	6	5	7	4
	%			44%	80%	55%	80%	67%	100%	78%	80%
DS Direitos Humanos HR	Q	6	3	5	0	5	0	6	0	6	0
	%			83%	0	83%	0	100%	0	100%	0
DS Sociedade SO	Q	6	2	3	0	4	0	4	0	4	0
	%			50%	0	66%	0	66%	0	66%	0
DS Respons. pelo Produto PR	Q	4	5	1	2	1	2	2	1	2	2
	%			25%	40%	25%	40%	50%	20%	50%	40%

Total das Declarações por tipo Indicador Essencial / Adicional	Q	49	30	27	12	29	13	37	18	36	18
	%			55%	40%	59%	43%	76%	60%	74%	60%
Total das Declarações	Q	79		39		42		55		54	
	%			49%		53%		70%		68%	

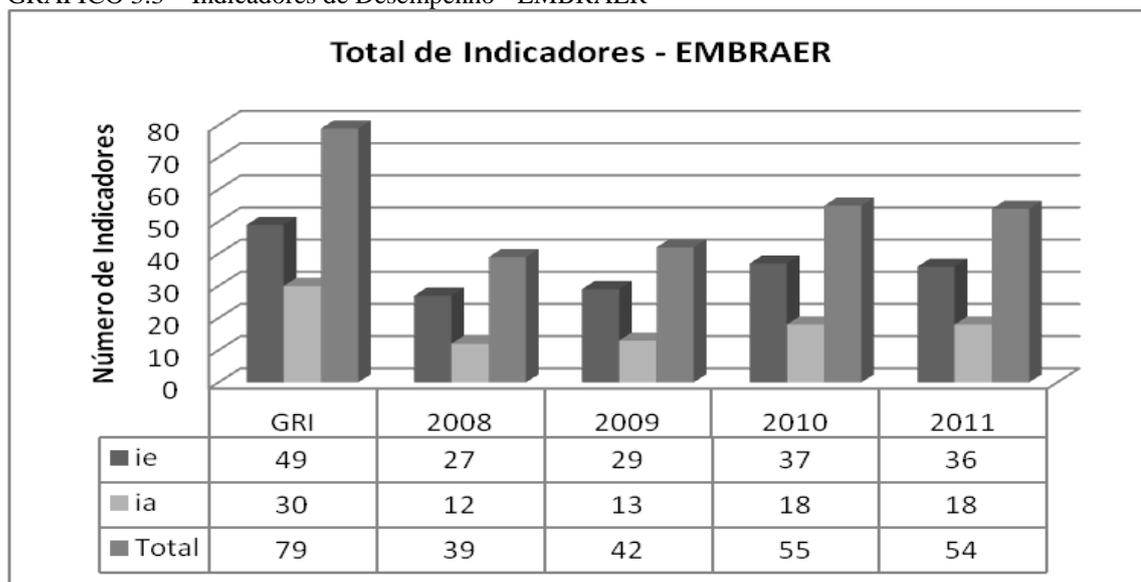
Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (Q) Quantidade, (Ess) Indicadores Essenciais, (Adic) Indicadores Adicionais

Analisando os resultados obtidos, por tipo de indicador/categoria, relativos as respostas da empresa EMBRAER aos Indicadores de Desempenho (Essenciais e Adicionais), previstos nas diretrizes GRI – G3, pode-se verificar, na performance da companhia, uma evolução significativa da quantidade de indicadores informados entre os anos de 2008 e 2011, havendo uma pequena redução no total de indicadores essenciais declarados em 2011 em relação a 2010, identificada na categoria de Desempenho Ambiental.

Em termos totais, o Gráfico 3.3 demonstra a evolução dos indicadores atendidos pela empresa em relação ao total sugerido pela GRI.

GRÁFICO 3.3 – Indicadores de Desempenho - EMBRAER



Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

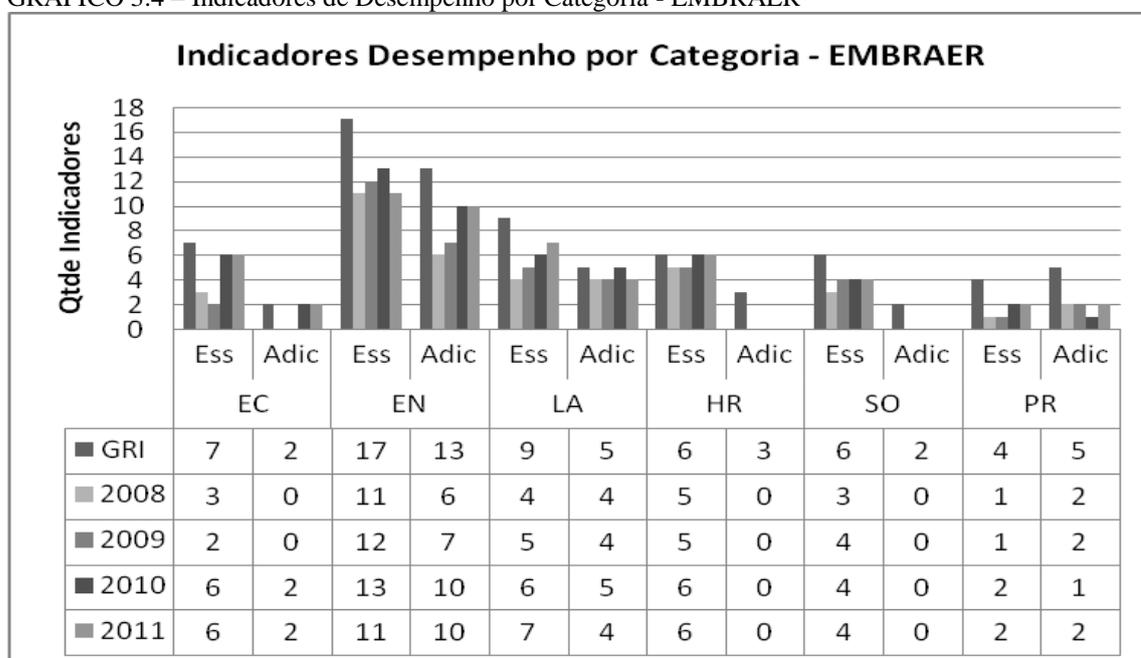
Legenda: (GRI) Global Reporting Initiative, (ie) Indicadores Essenciais, (ia) Indicadores Adicionais

Quando verificado o percentual de informação relativa aos Indicadores de Desempenho Essenciais, a EMBRAER sempre informou, percentualmente, acima da metade destes indicadores, ou seja, em 2008, aproximadamente de 55%, em 2009 em torno de 59% e outros 76% em 2010, com uma pequena redução para o ano de 2011 com 73% dos indicadores respondidos. Entre os Indicadores de Desempenho Adicionais a evolução entre 2008 e 2009 pode ser considerada moderada passando de 40% para 43% e mantendo-se em

60% nos anos de 2010 e 2011.

O Gráfico 3.4 demonstra a evolução do atendimento (respostas) aos indicadores por tipo de categoria, nos quatro exercícios analisados. Nele podemos verificar que em 2008, no primeiro ano do Relatório de Sustentabilidade elaborado pela empresa com base nas diretrizes GRI G3, a EMBRAER atendeu a 83% dos indicadores previstos na categoria de Direitos Humanos (DH), da Dimensão Social, mantendo esse desempenho para o ano seguinte, com a mesma quantidade e percentual de respostas. O mais baixo percentual de respostas registrado nessa análise foi registrado na categoria de Responsabilidade pelo Produto (PR), também na Dimensão Social, com 25% (um indicador essencial), entre 2009 e 2011.

GRÁFICO 3.4 – Indicadores de Desempenho por Categoria - EMBRAER



Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Legenda: **(EC)** Econômico, **(EN)** Ambiental, **(LA)** Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, **(HR)** Direitos Humanos, **(SO)** Social, **(PR)** Responsabilidade com o Produto, **(Ess)** Essencial, **(Adc)** Adicional.

Cabe destacar a performance de respostas da EMBRAER no aspecto Desempenho Ambiental, constante da Dimensão Ambiental, onde a empresa sempre respondeu acima da metade dos indicadores, tanto Essenciais quanto Adicionais, mesmo considerando a redução de respostas a este indicador no ano de 2011.

3.9 Relatórios de Sustentabilidade – Heineken Brasil (Cervejaria Kaiser)

A Cervejaria Heineken chegou ao Brasil no começo de 2010 ao adquirir a divisão de cervejas do Grupo Femsa. Com sede em São Paulo, possui oito fábricas em sete estados, sendo duas no Estado de São Paulo, situadas em Jacareí e Araraquara, onde ocupa a unidade da antiga Cervejaria Kaiser (Grupo Femsa).

O Relatório de Sustentabilidade da companhia é elaborado pela matriz em Amsterdam, na Holanda, e engloba as operações de todas as suas 142 unidades produtivas espalhadas por mais de 40 países pelo mundo.

O Relatório relativo ao período de 2009 a 2011 foi emitido no dia 3 de abril de 2012 e alcançou o nível B + com checagens da GRI e avaliação externa pela empresa KPMG Sustainability.

Na elaboração do relatório foi utilizada uma versão intermediária da GRI – G 3.1, versão essa, diferente dos demais relatórios examinados. Essa versão intermediária incorpora uma série de indicadores adicionais que, salvo melhor juízo, não prejudica a comparação com os outros relatórios analisados, uma vez que a totalidade dos demais indicadores, avaliados nas empresas anteriores, permanecem também nesta versão.

3.9.1 Análise dos indicadores de desempenho reportados – Heineken Brasil

As checagens realizadas considerando os indicadores declarados nos Relatórios de Sustentabilidade, emitidos pela Heineken Brasil nos anos de 2010 e 2011, encontram-se assim demonstradas. O Quadro 3.15, reúne os indicadores de Desempenho Econômico.

QUADRO 3.15 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Econômico – HEINEKEN

Desempenho Econômico (EC)				
Forma de Gestão			2009 / 2010 / 2011	
			Decl.	Status
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	E	D	Parcial
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	E	D	Parcial
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	E	D	Parcial
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	E	D	Parcial
Presença de Mercado				
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	A	D	Parcial
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	E	D	Parcial
EC7	Procedimento para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	E	D	Total

Impactos Econômicos Indiretos				
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro Bono	E	D	Parcial
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	A	D	Total

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

A companhia respondeu a todos os indicadores dessa categoria sendo apenas dois deles de forma total (*trully*) e o restante parcialmente (*partially*).

QUADRO 3.16 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Ambiental – HEINEKEN

Desempenho Ambiental (EN)				
Forma de Gestão		2009 / 2010 / 2011		
Materiais		Decl.	Status	
EN1	Materiais usados por peso ou volume	E	ND	Não
EN2	Percentual dos materiais usados por peso ou volume	E	ND	Não
Energia				
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	E	D	Total
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	E	D	Parcial
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	A	D	Total
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis e a redução na necessidade de energia resultante de dessas iniciativas	A	D	Total
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	A	D	Parcial
Água				
EN8	Total ou retirada de água por fonte	E	D	Total
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	A	ND	Não
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	A	ND	Não
Biodiversidade				
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	E	D	Parcial
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	E	D	Parcial
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	A	D	Parcial
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	A	D	Parcial
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	A	ND	Não
Emissões, Efluentes e Resíduos				
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	E	D	Total
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	E	D	Total
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	A	D	Total
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	E	D	Total
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas, por tipo e peso	E	D	Total
EN21	Descarte total de água, por quantidade e destinação	E	D	Parcial
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	E	D	Parcial
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	E	D	Total
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados			

	considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III E VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	A	ND	Não
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	A	ND	Não
Produtos e Serviços				
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão de redução desses impactos	E	D	Total
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens, recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	E	ND	Não
Conformidade				
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	E	D	Parcial
Transporte				
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização bem como do transporte de trabalhadores	A	D	Total
Geral				
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	A	ND	Não

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (E) Indicadores Essenciais, (A) Indicadores Adicionais/complementares, (D) Indicador Declarado pela empresa, (ND) Indicador Não Declarado pela empresa

Em relação aos trinta indicadores propostos relativos ao Desempenho Ambiental (EN), no período de 2009/2011, a empresa atendeu (respondeu) a vinte e um indicadores. Apenas três indicadores essenciais deixaram de ser informados sendo os relativos aos materiais e percentual de materiais usados por peso e volume (EN1 e EN2) e do percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total das vendas (EN27).

O Quadro 3.17 descreve os Indicadores de Desempenho da dimensão Social, relacionados as Práticas Trabalhistas.

QUADRO 3.17 – *Check list* - Indicadores de Desempenho Social – Práticas Trabalhistas – HEINEKEN

Desempenho Social – Práticas trabalhistas e Trabalho Decente (LA)				
Emprego		2009 / 2010 / 2011		
		Decl.	Status	
LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	E	D	Total
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados	E	D	Total
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período discriminados pelas principais operações	A	D	Total
Relações entre trabalhadores e Governança				
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	E	D	Total
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	E	D	Total
Segurança e saúde no Trabalho				
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	A	D	Parcial

LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentéismo e óbitos	E	D	Parcial
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	E	D	Total
LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	A	D	Total
Treinamento e Educação				
LA10	Medias de horas de treinamento	E	D	Parcial
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade de empregabilidade dos empregados e para gerenciar o fim da carreira	A	D	Parcial
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	A	D	Total
Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação dos empregados por categoria, de acordo com gêneros, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	E	D	Total
LA14	Proporção de salário – base entre homens e mulheres, por categoria funcional	E	D	Total

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Neste conjunto, todos os nove indicadores essenciais foram informados e apenas dois deles de forma parcial, relacionados a taxas de lesões e doenças ocupacionais e médias de horas de treinamento.

Importante destacar que na versão G 3.1, utilizada na elaboração deste relatório pela Heineken Brasil, existe um indicador a mais o LA15 aspecto empregos relativo ao retorno ao trabalho e taxas de afastamento após licenças – não declarado pela empresa.

Os indicadores relacionados aos Direitos Humanos encontram-se demonstrados no Quadro 3.18.

QUADRO 3.18 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Direitos Humanos - HEINEKEN

Desempenho Social – Direitos Humanos (HR)				
		2009 / 2010 / 2010		
Práticas de Investimentos e de Processos de Compras		Decl.	Status	
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	E	ND	Não
HR2	Percentual e empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	E	D	Parcial
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	A	D	Total
Não Discriminação				
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	E	D	Total
Liberdade Associação / Negociação Coletiva				
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	E	D	Total

Trabalho Infantil				
HR6	Operações de riscos de ocorrência de trabalho infantil	E	D	Total
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo				
HR7	Operações de riscos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo a escravo	E	D	Total
Práticas de Segurança				
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	A	D	Total
Direitos Indígenas				
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	A	ND	Não

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Não foi informado apenas um dos indicadores essenciais sugeridos relativo a informação sobre contratos de investimentos significativos com cláusula de direitos Humanos (HR1).

A versão G 3.1 utilizada na elaboração deste relatório possui, na Dimensão Social, categoria de Direitos Humanos mais dois indicadores que a empresa respondeu, sendo um de forma total e outro parcial, relativas às operações de revisões de direitos humanos e queixas relacionadas ao campo de direitos humanos solucionadas pela organização.

O Quadro 3.19 demonstra o *check list* dos indicadores relacionados a Sociedade.

QUADRO 3.19 – *Check list* dos Indicadores de Desempenho Social – Sociedade - HEINEKEN

Desempenho Social – Sociedade (SO)		2009 / 2010 / 2010		
		Decl.	Status	
Comunidade				
SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade.	E	D	Parcial
Corrupção				
SO2	Percentual e número total de unidades de negocio submetidas a avaliação de riscos relacionados a corrupção.	E	D	Total
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	E	D	Total
SO4	Medidas tomadas em respostas a casos de corrupção.	E	D	Total
Políticas Públicas				
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	E	D	Parcial
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	A	ND	Não
Concorrência Desleal				
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio, e seus resultados.	A	D	Parcial
Conformidade				
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos.	E	D	Parcial

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: **(E)** Indicadores Essenciais, **(A)** Indicadores Adicionais/complementares, **(D)** Indicador Declarado pela empresa, **(ND)** Indicador Não Declarado pela empresa

Todos os indicadores essenciais foram atendidos. Na versão G 3.1, que elenca mais indicadores, a empresa não respondeu a dois indicadores relacionados a sociedade sobre operações com potencial significativo ou real impactos negativos e medidas de prevenção e mitigação dessas operações pela organização.

Os indicadores relacionados a Responsabilidade pelo Produtos foram analisados no Quadro 3.20.

QUADRO 3.20 - *Check list* Indicadores Desempenho Social – Responsabilidade pelo Produto - HEINEKEN

Responsabilidade Pelo Produto (PR)				
Saúde e Segurança do Cliente			2009 / 2010 / 2010	
			Decl.	Status
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando a melhoria e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	E	ND	Não
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, por tipo de resultados.	A	ND	Não
Rotulagem de Produtos e Serviços				
PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	E	ND	Não
PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços discriminados por tipo de resultado.	A	ND	Não
PR5	Práticas relacionadas a satisfação do cliente incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	A	D	Total
Comunicações de Marketing				
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	E	D	Parcial
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	A	D	Parcial
Conformidade				
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	A	ND	Não
Compliance				
PR9	Valor monetário de multas significativas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	E	ND	Não

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (E) Indicadores Essenciais, (A) Indicadores Adicionais/complementares, (D) Indicador Declarado pela empresa, (ND) Indicador Não Declarado pela empresa

Não foram declarados, pela companhia, três indicadores essenciais relativos as informações sobre a fase e ciclo de vida dos produtos em que seus impactos sobre a saúde e segurança são avaliados (PR1), dos tipos de informações exigidas na rotulagem (PR3) e valor monetário das multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relacionados com o uso e fornecimento do produto (PR9).

3.9.2 Análise dos resultados dos indicadores de desempenho reportados – Heineken Brasil

Para facilitar a análise e a interpretação dos resultados apurados nos exames realizados nas informações dos relatórios de sustentabilidade da Heineken Brasil, apresentados de forma conjunta e relativos aos anos de 2009, 2010 e 2011, foi elaborada a Tabela 3.5 que demonstra as declarações da empresa aos indicadores de desempenho essenciais e adicionais, segregados por dimensão.

TABELA 3.5 – Análise dos resultados apurados nos Relatórios de Sustentabilidade da HEINEKEN

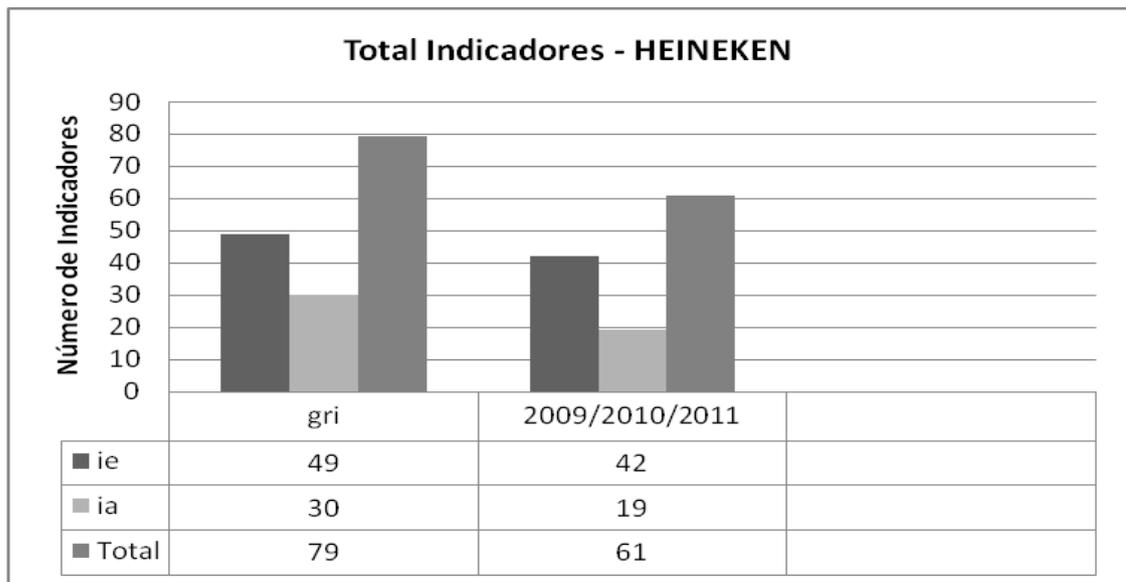
Indicadores de Desempenho	Q / %	Indicadores Propostos GRI		Indicadores Declarados 2009 / 2010 / 2011	
		Essenciais	Adicionais	Essenciais	Adicionais
Desempenho Econômico – EC	Q	7	2	7	2
	%			100%	100%
Desempenho Ambiental – EN	Q	17	13	14	7
	%			82%	54%
DS Práticas Trabalhistas – LA	Q	9	5	9	5
	%			100%	100%
DS Direitos Humanos – HR	Q	6	3	5	2
	%			83%	66%
DS Sociedade – SO	Q	6	2	6	1
	%			100%	50%
DS Responsabilidade pelo Produto - PR	Q	4	5	1	2
	%			25%	40%
Total das Declarações por tipo Indicador (Essencial/ Adicional)	Q	49	30	42	19
	%			86%	63%
Total das Declarações	Q	79		61	
	%			77%	

Fonte: Preparado pelo autor com base nas informações disponibilizadas nos relatórios emitidos

Legenda: (Q) Quantidade, (Ess) Indicadores Essenciais, (Adic) Indicadores Adicionais

Com base nas informações detalhadas no resumo acima, através dos resultados dos indicadores de desempenho atendidos pela HEINEKEN, houve um alto percentual de evidenciação (*disclosure*) pela companhia, o que se encontra demonstrado no Gráfico 3.5.

GRÁFICO 3.5 – Indicadores de Desempenho – HEINEKEN



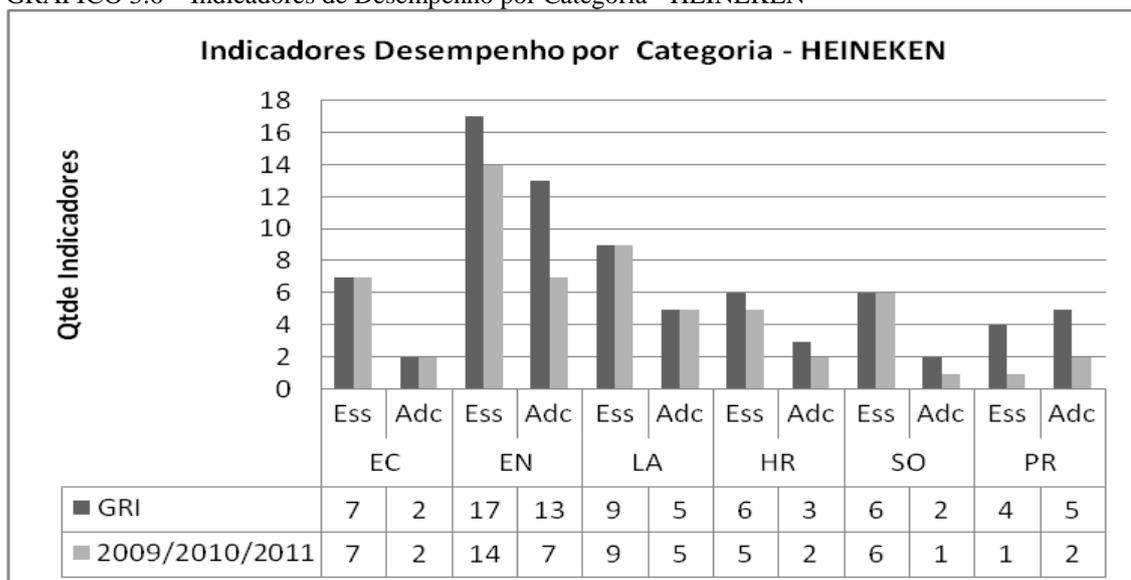
Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Legenda: **(GRI)** Global Reporting Initiative, **(ie)** Indicadores Essenciais, **(ia)** Indicadores Adicionais

A companhia apresenta um percentual de 77% em relação aos indicadores propostos pelas diretrizes GRI, ainda que na versão G 3.1, a qual introduz, além de indicadores complementares, a possibilidade de respostas aos indicadores atendidos, de forma total ou parcial.

As informações contidas no Gráfico 3.6 demonstram os indicadores atendidos por categoria.

GRÁFICO 3.6 – Indicadores de Desempenho por Categoria - HEINEKEN



Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Legenda: **(EC)** Econômico, **(EN)** Ambiental, **(LA)** Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, **(HR)** Direitos Humanos, **(SO)** Social, **(PR)** Responsabilidade com o Produto, **(Ess)** Essencial, **(Adc)** Adicional.

Com base nestes dados, nota-se o grande percentual de respostas proporcional aos indicadores de desempenho essenciais, nas Dimensões: Econômica 100% e Ambiental 82% e nas categorias Práticas Trabalhistas 100%, Direitos Humanos 83% e sociedade (100%), todas da Dimensão Social.

O pior desempenho, em termos de evidenciação, ficou por conta justamente na categoria relacionada com a Responsabilidade com o Produto (PR) onde apenas 25% dos indicadores de desempenho essenciais foram respondidos.

A forma de elaboração do Relatório de Sustentabilidade da Heineken Brasil, agrupando os resultados e indicadores no período de 2009 a 2011, sem segregá-los, prejudicou a análise da evolução dos mesmos.

3.10 Cálculo do Grau de Evidenciação Efetiva dos relatórios analisados

Com base nos critérios estabelecidos para o cálculo do Grau de Evidenciação Efetiva (GEE), o qual considera a relação entre os Indicadores de Desempenho reportados pelas empresas avaliadas, com o mínimo de indicadores exigido pela GRI, para classificação dos Relatórios de Sustentabilidade elaborados segundo as suas diretrizes.

Com o objetivo de aferir o nível de evidenciação (*disclosure*) das empresas analisadas no presente estudo, foram elaboradas Tabelas e Gráficos, nos quais são demonstrados os resultados apurados e, para tanto, necessário ressaltar que, segundo os Níveis de Aplicação da GRI (GRI, 2006b), a classificação pode variar de 0% (que representa o menor grau de evidenciação) até 100%, que corresponde ao maior grau de evidenciação.

Seguindo os critérios de análise do Grau de Evidenciação Efetiva dos relatórios analisados, para a companhia COSAN, os seguintes resultados são encontrados na Tabela 3.6.

TABELA 3.6 – Demonstrativo do Grau de Evidenciação Efetiva - COSAN

Grau de Evidenciação Efetiva dos Relatórios – COSAN				
Relatório de Sustentabilidade GRI – G3	Quantidade dos Indicadores Atendidos	Quantidade dos Indicadores Exigidos GRI	%	GEE
Exercício de 2010	38	79	48%	Médio
Exercício de 2011	39	79	49%	Médio

Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Verifica-se que em relação a COSAN, para o período analisado (2010 e 2011), através das informações contidas nos Relatórios de Sustentabilidade divulgados e publicados pela

organização, houve uma evolução muito pequena em termos percentuais de evidenciação passando de 38 indicadores em 2010 (48%) para 39 em 2011 (49%).

Há que se considerar que a COSAN manteve, no período analisado, um nível de evidenciação intermediário (GRI B+) seguindo os critérios estabelecidos pela GRI, que inclui, além da checagem dos dados, realizados pela própria *Global Reporting Initiative*, a avaliação e certificação por fontes externas a organização (+).

A empresa manteve um Grau de Evidenciação Efetiva considerado “MÉDIO” para os dois exercícios examinados, relativos aos indicadores de desempenho declarados em seus Relatórios de Sustentabilidade.

Para a Companhia EMBRAER, cujos Relatórios de Sustentabilidade analisados compreenderam os exercícios sociais de 2008 a 2011, verificou-se uma evolução no Grau de Evidenciação Efetiva, obtido com base nas respostas aos Indicadores de Desempenho respondidos, conforme demonstrado na Tabela de número 3.7.

TABELA 3.7 – Demonstrativo do Grau de Evidenciação Efetiva - EMBRAER

Grau de Evidenciação Efetiva dos Relatórios – EMBRAER				
Relatório de Sustentabilidade GRI – G3	Quantidade dos Indicadores Atendidos	Quantidade dos Indicadores Exigidos GRI	%	GEE
Exercício de 2008	39	79	49%	Médio
Exercício de 2009	42	79	53%	Médio
Exercício de 2010	57	79	72%	Alto
Exercício de 2011	54	79	68%	Alto

Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

Neste caso específico, é importante destacar que a companhia não submete os seus Relatórios de Sustentabilidade para avaliação e certificação por fontes externas a empresa, somente a checagem dos dados pela própria GRI.

A EMBRAER passou de um Grau de Evidenciação Efetiva considerado “MÉDIO” em 2008 e 2009, onde obteve percentuais de 49% e 53%, respectivamente, para o grau “ALTO” em 2010, com 72% do total de Indicadores de Desempenho atendidos.

No caso da companhia HEINEKEN Brasil, de acordo com a análise das informações contidas no seu Relatório de Sustentabilidade, o qual demonstra os indicadores de desempenho para o período de 2009 a 2011, apresentados em conjunto, temos a seguinte situação:

TABELA 3.8 – Demonstrativo do Grau de Evidenciação Efetiva - HEINEKEN

Grau de Evidenciação Efetiva dos Relatórios – HEINEKEN				
Relatório de Sustentabilidade GRI – G3	Quantidade dos Indicadores Atendidos	Quantidade dos Indicadores Exigidos GRI	%	GEE
Exercício de 2009/2010/2011	61	79	77%	Alto

Fonte: Preparado pelo autor com base no resultado da pesquisa

A empresa possui um “ALTO” Grau de Evidenciação Efetiva, segundo os critérios estabelecidos para a avaliação. Não foi possível, porém, aferir a evolução do mesmo em razão dos fatores já abordados anteriormente.

Cabe ressaltar que a companhia adota uma versão intermediária de diretrizes GRI a G 3.1 que embora muito utilizada na Europa ainda esta sendo, aos poucos, utilizada no Brasil.

A empresa submete os seus Relatórios à checagem de dados pela GRI e possui certificação e avaliação de suas informações por parte externa a organização o que lhe confere o *plus +* em seus relatórios.

4 Conclusões

O objetivo do presente estudo foi especificar a utilização dos relatórios de sustentabilidade elaborados de acordo com as diretrizes da GRI –G3 como ferramenta de comunicação das práticas sócio-ambientais pelas empresas fixadas na região de governo de Araraquara, bem como a evolução dos relatos reportados em tais documentos, com base no percentual de respostas aos Indicadores de Desempenho fixados pelas diretrizes GRI para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

Os principais resultados obtidos apontam para o uso crescente e sedimentado dos Relatórios de Sustentabilidade, de acordo com as diretrizes publicadas pela GRI, como forma das empresas externarem os impactos das suas atividades operacionais, junto a sociedade e ao meio ambiente, bem como, os seus projetos de melhoria e ações desenvolvidas que buscam mitigar tais impactos.

Segundo as pesquisas desenvolvidas no presente estudo, foi possível constatar que o número de organizações, no Brasil e no mundo, que elaboram Relatórios de Sustentabilidade GRI é crescente, garantindo as diretrizes difundidas pela *Global Reporting Initiative* uma aceitação também crescente, uma vez que a padronização facilita o entendimento do desempenho das organizações relatoras em relação aos indicadores preconizados pela Instituição. Esta aceitação das diretrizes GRI e dos Relatórios de Sustentabilidade, ficou evidenciado, nesta pesquisa, também pelas empresas da região de governo de Araraquara/SP.

Embora não sendo, diretamente, objeto de estudo e avaliação neste trabalho, verificou-se através das pesquisas realizadas junto as empresas consultadas, que houve uma migração dos documentos utilizados para relato das ações e práticas socioambientais, dos Balanços Sociais para os Relatórios de Sustentabilidade.

As empresas da região de governo de Araraquara/SP, que ainda se utilizam dos Balanços Sociais, assim o fazem baseadas na metodologia e indicadores divulgados pelo Instituto ETHOS de Responsabilidade Social e não mais pelo IBASE que, desde 2009, não mais atualiza e publica os seus indicadores.

Cabe, ainda, destacar como fator positivo que, tanto nas diretrizes GRI G3 (e na sua versão intermediária 3.1) para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, quanto nos Indicadores do Instituto ETHOS de Responsabilidade Social, verifica-se uma tendência de unificação de metodologias e critérios, para um futuro bem próximo, aproveitando-se ainda, neste contexto de unificação, do surgimento da Norma Internacional Regulamentadora – ISO

26000.

Outro fator considerado importante de se destacar, é o fato de que no corpo dos relatórios analisados, encontrou-se muitas vezes, relatos de indicadores de desempenho negativos, apurados em determinados períodos, mas, mesmo assim, relatados pelas organizações, procedimento este que vem confirmar os propósitos de elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade pela GRI, que em suas diretrizes, determinam que tantos fatores positivos quanto os negativos, devem ser mencionados pelas relatoras, acompanhados dos planos de ação para a resolução dos mesmos.

Com base nos resultados das análises, já demonstrados e comentados no corpo do presente trabalho, foi possível concluir que os níveis de aplicação das diretrizes nos relatórios publicados, pela empresas da região de governo de Araraquara/SP, demonstram um bom grau de evidenciação (*disclosure*). Além disso, verifica-se que houve, por parte das empresas analisadas, evolução em termos quantitativos e percentuais, dos indicadores de desempenho informados no período analisado. Verificou-se, ainda, com exceção de uma companhia entre as pesquisadas, a preocupação de buscar a certificação e a validação externa, das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade o que, em nosso entendimento, aumenta a credibilidade em tais relatos.

Conclui-se, finalmente, que o presente estudo, cumpriu seus propósitos e objetivos, uma vez que validou a utilização e o potencial dos Relatórios de Sustentabilidade baseado nas diretrizes GRI G3, como prática e instrumento de comunicação das ações socioambientais das empresas, sobretudo aquelas fixadas na região de governo de Araraquara/SP, bem como demonstrou uma evolução na performance de evidenciação efetiva ou *disclosure* dos indicadores de desempenho das companhias relatoras em relação as dimensões econômica, social e ambiental.

Por último, cabe registrar que esta pesquisa sinalizou indicativos para futuros estudos sobre o tema, principalmente, no aprofundamento em relação a questão da qualidade das informações contidas nos relatórios. Para isso, no entanto, seria necessário individualizar os reportes analisados, por segmento ou setor de atividades, garantindo o nivelamento das verificações e conclusões a serem obtidas no trabalho de avaliação.

Referências

- ASHLEY, Patrícia. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BARBIERI, José Carlos. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BM&FBOVESPA. **ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial**, 2012. Disponível em: <<http://bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em: 16 abr. 2012
- BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CORREA, R. et al. **Evolução dos níveis de aplicação de relatórios de sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/Bovespa**. 2011. Disponível em: <www.engema.or.br>. Acesso em: 8 maio 2012.
- DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FERREIRA, Araceli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Monica Zaidam (Orgs.). **Contabilidade ambiental e relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GALLO, Zildo. **Ethos, a grande morada humana: economia, ecologia e ética**. Itu, SP: Ottoni Editora, 2007.
- GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade 2006**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBarPortugueseLanguagePage.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- _____. **Níveis de aplicação da GRI 2006**. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B8C2502622576/2612/AL_G3_Portuguese_BR.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.
- _____. **Níveis de aplicação da GRI 2006b**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Application-Levels.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.
- HART, Stuart L. **O capitalismo na encruzilhada: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo**. Tradução Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4200&Alias=ethos&Lang=pt-br>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Publique seu balanço social**. 2010. Disponível em:<<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 2 set. 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Carlos Nelson dos. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2010.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SCHIAVETTO JUNIOR, Izidro. **Balanço social como indicador da responsabilidade social das empresas**. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

Anexo A

Relação das empresas de grande porte cadastradas junto ao CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) regional de Araraquara/SP

MUNICIPIO	DESC_RAM	SEGMENTO	PORTE	
ARARAQUARA	COMERCIAL CARTON LTDA	VENDAS	GRANDE	
ARARAQUARA	COMPANHIA REFRESCOS IPIRANGA	BEBIDAS	GRANDE	
ARARAQUARA	CONSTROESTE	CONSTRUTORA	GRANDE	
ARARAQUARA	ENGEMIX	CONSTRUÇÃO	GRANDE	
ARARAQUARA	ESCANDINÁVIA VEICULOS	SERVIÇOS	GRANDE	
ARARAQUARA	FMC DO BRASIL	INDUSTRIA	GRANDE	
ARARAQUARA	HUDSON SHARP	EMBALAGENS	GRANDE	
ARARAQUARA	IESA EQUIP MONTAGENS	INDUSTRIA	GRANDE	
ARARAQUARA	NESTLÉ INDUSTRIAL	ALIMENTOS	GRANDE	
ARARAQUARA	RODOVIÁRIO MORADA DO SOL	TRANSPORTE	GRANDE	
ARARAQUARA	SCHINCARIOL	INDUSTRIA	GRANDE	
ARARAQUARA	USINA ZANIN A ALCOOL	ALIMENTOS	GRANDE	
ARARAQUARA	WORK SERVIÇOS IND	SERVIÇOS	GRANDE	
ARIRANHA	USINA COLOMBO A ALCOOL	PETROLEO	GRANDE	
CATANDUVA	CASA DOCE ALIMENTOS	ALIMENTOS	GRANDE	
CATANDUVA	LOREN SID LTDA	MECANICA	GRANDE	
CATANDUVA	USINA SÃO DOMINGOS	ALIMENTOS	GRANDE	
CATANDUVA	COCAM CIA CAFÉ SOLUVEL	ALIMENTOS	GRANDE	
COTIA	DANISCO	ALIMENTÍCIO	GRANDE	
GAVIÃO PEIXOTO	EMBRAER EMP BRAS AERONATICA	TRANSPORTES	GRANDE	
IBATÉ	RIPASA CELULOSE E PAPEL	INDUSTRIA	GRANDE	
IBITINGA	OLIVEIRA LOPES LTDA	TEXTIL	GRANDE	
MATÃO	INDUSTRIA EMCANICA PENEGOSI	MECANICA	GRANDE	
JABOTICABAL	USINA AC DE JABOTICABAL S/A	ALIMENTOS	GRANDE	
JABOTICABAL	USINA SANTA ADÉLIA	ALIMENTOS	GRANDE	
MONTE ALTO	CESTARI COML S/A	MECANICA	GRANDE	
TAQUARITINGA	GUARI FRUITS IND COM POLPAS	INDUSTRIA	GRANDE	

Anexo B

Formulário – Modelo de relatório nível C da GRI (em branco)



Vamos relatar!

Modelo de relatório Nível C da GRI

Nome da empresa: _____

Preenchido por:

Nome: _____

Cargo: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Após ter preenchido este folder, envie uma cópia para a GRI no endereço:

Global Reporting Initiative
P.O. Box 10039
1001 EA Amsterdam
The Netherlands

E-mail: smeandsupplychain@globalreporting.org
Fax: +31 20 531 0031

Informação sobre numeração: Todas as seções contidas nos boxes foram extraídas diretamente da versão em português das Diretrizes G3 e os números originais de referência e respectivas páginas estão mencionados entre parênteses. As Diretrizes G3 estão disponíveis para download gratuito em vários idiomas no site www.globalreporting.org.

Box 1—Sobre nossa empresa

Perfil

1. Estratégia e Análise

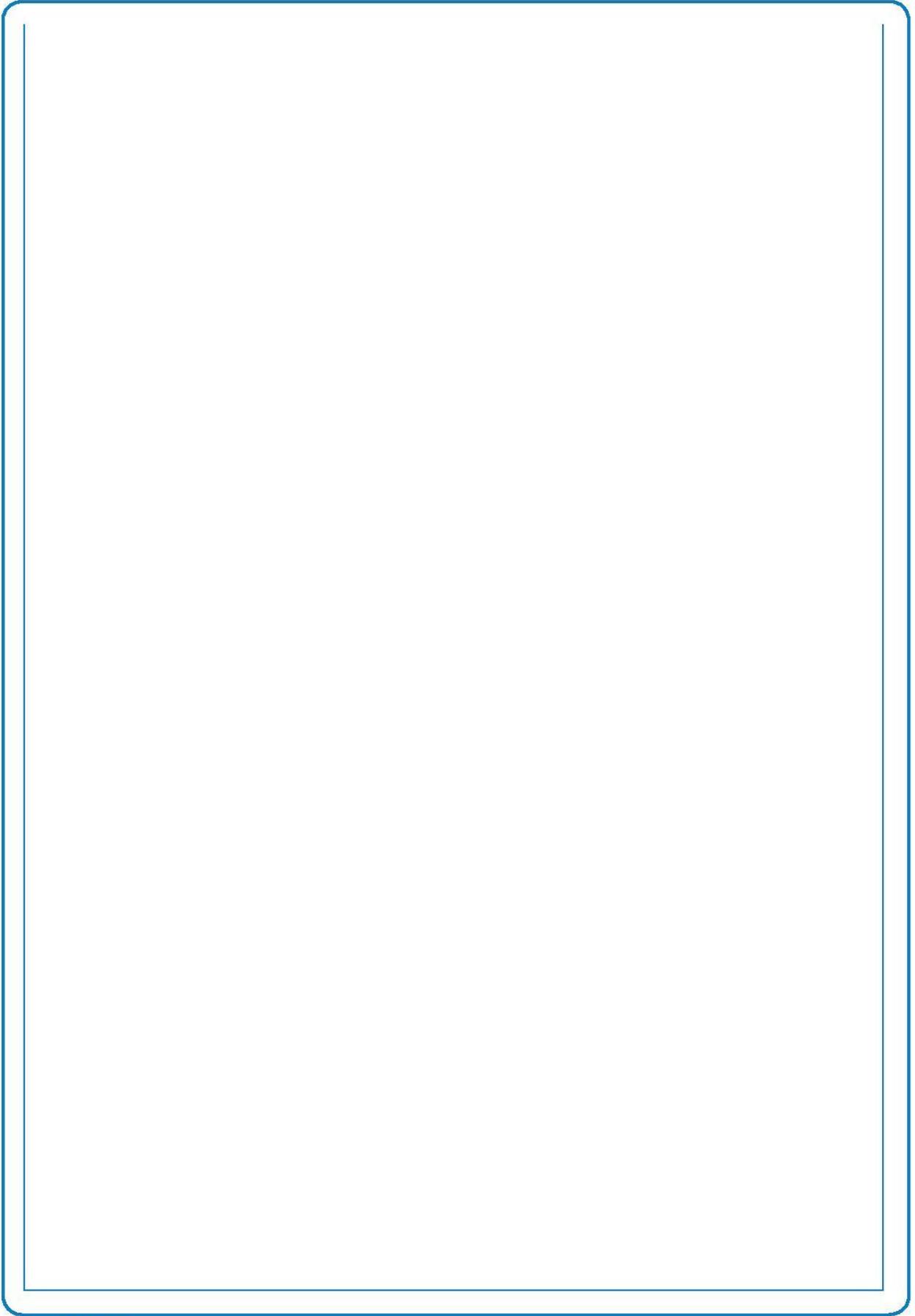
Esta seção pretende fornecer uma visão estratégica da relação da organização com a sustentabilidade para dar o contexto para relatos subseqüentes e mais detalhados em outras seções das Diretrizes. Tais relatos podem se basear em informações fornecidas em outras partes do relatório, mas esta seção visa propiciar o conhecimento sobre tópicos estratégicos, em vez de simplesmente resumir o conteúdo do relatório. A estratégia e a análise devem consistir na declaração esboçada no item 1.1 (...).

1.1 Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização (como diretor-presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.

A declaração deverá apresentar a visão e a estratégia geral de curto, médio (entre três e cinco anos) e longo prazo, especialmente com relação à gestão dos principais desafios associados ao desempenho econômico, ambiental e social.

A declaração deverá incluir:

- prioridades estratégicas e temas fundamentais de curto e médio prazo referentes a sustentabilidade, incluindo o respeito a normas internacionalmente aceitas, e como elas se relacionam à estratégia e ao sucesso organizacional de longo prazo;
- tendências mais abrangentes (macroeconômicas ou políticas, por exemplo) que afetam a organização e influenciam as prioridades da sustentabilidade;
- principais eventos, realizações e insucessos durante o período coberto pelo relatório;
- visões sobre o desempenho em relação a metas;
- perspectiva sobre os principais desafios e metas da organização para o próximo ano e objetivos para os próximos três ou cinco anos;
- outros itens pertinentes à abordagem estratégica da organização. [GRI G3: pg. 20]



2. Perfil Organizacional

2.1 Nome da organização. [GRI G3: pg. 21]

2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços. [GRI G3: pg. 21]

2.3 Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e *joint ventures*. [GRI G3: pg. 21]

2.4 Localização da sede da organização. [GRI G3: pg. 21]

2.5 Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório. [GRI G3: pg. 21]

2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade. [GRI G3: pg. 21]

2.7 Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários). [GRI G3: pg. 21]

Box 1: continuação...**2.8** Porte da organização, incluindo:

- número de empregados;
- vendas líquidas (para organizações do setor privado) ou receita líquida (para organizações do setor público);
- capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido (para organizações do setor privado);
- Quantidade de produtos ou serviços oferecidos. [GRI G3: pg. 21]

2.9 Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária, incluindo:

- localização ou mudanças nas operações, inclusive abertura, fechamento e expansão de unidades operacionais;
- mudanças na estrutura do capital social e outra formação de capital, manutenção ou alteração nas operações (para organizações do setor privado). [GRI G3: pg. 21]

2.10 Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório. [GRI G3: pg. 21]**4. Governança, Compromissos e Engajamento****Governança****4.1** Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização. [GRI G3: pg. 23]

Box 1: continuação...

4.2 Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição). [GRI G3: pg. 23]

4.3 Para organizações com uma estrutura de administração unitária¹¹, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança. [GRI G3: pg. 23]

4.4 Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança.

Inclua referência a processos relativos a:

- uso de deliberações de acionistas ou outros mecanismos que permitam aos acionistas minoritários expressar opiniões à alta direção;
- informações e consulta aos empregados sobre as relações de trabalho com órgãos de representação formal, como “comissões de trabalhadores”, em nível organizacional e representação de empregados no mais alto órgão de governança.

Identifique temas relacionados a desempenho econômico, ambiental e social levantados por meio desses mecanismos durante o período coberto pelo relatório. [GRI G3: pg. 23]

Box 2—Sobre nosso relatório

3. Parâmetros para o Relatório

Perfil do Relatório

3.1 Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas. [GRI G3: pg. 22]

3.2 Data do relatório anterior mais recente (se houver). [GRI G3: pg. 22]

3.3 Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.) [GRI G3: pg. 22]

3.4 Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo. [GRI G3: pg. 22]

Escopo e Limite do Relatório

3.6 Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, *joint ventures*, fornecedores). Para outras orientações, consulte o protocolo para definição de limite da GRI ("GRI Boundary Protocol") (www.globalreporting.org/ReportingFramework/ReportingFrameworkDownloads/). [GRI G3: pg. 21]

Box 2: continuação...

3.7 Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório. [GRI G3: pg. 22]

3.8 Base para a elaboração do relatório no que se refere a *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações. [GRI G3: pg. 22]

3.10 Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição). [GRI G3: pg. 22]

3.11 Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório. [GRI G3: pg. 22]

Box 3—Sobre nossos stakeholders

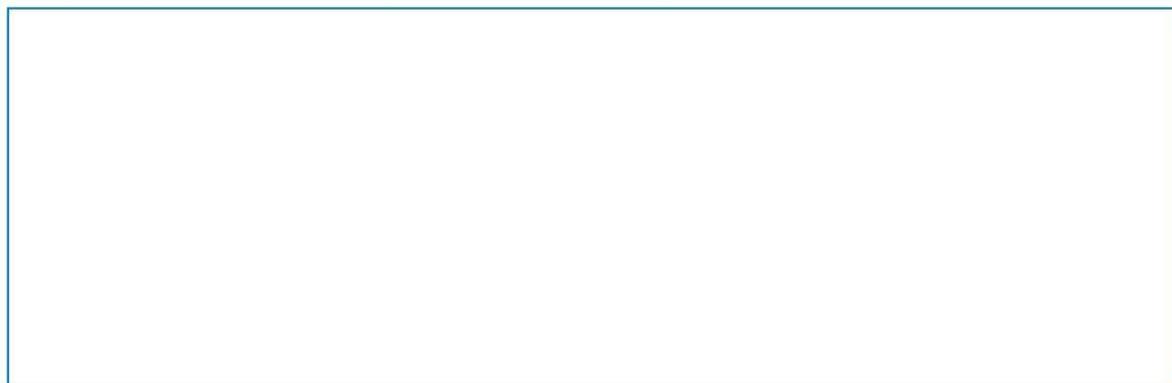
4. Governança, Compromissos e Engajamento

Engajamento dos *Stakeholders*

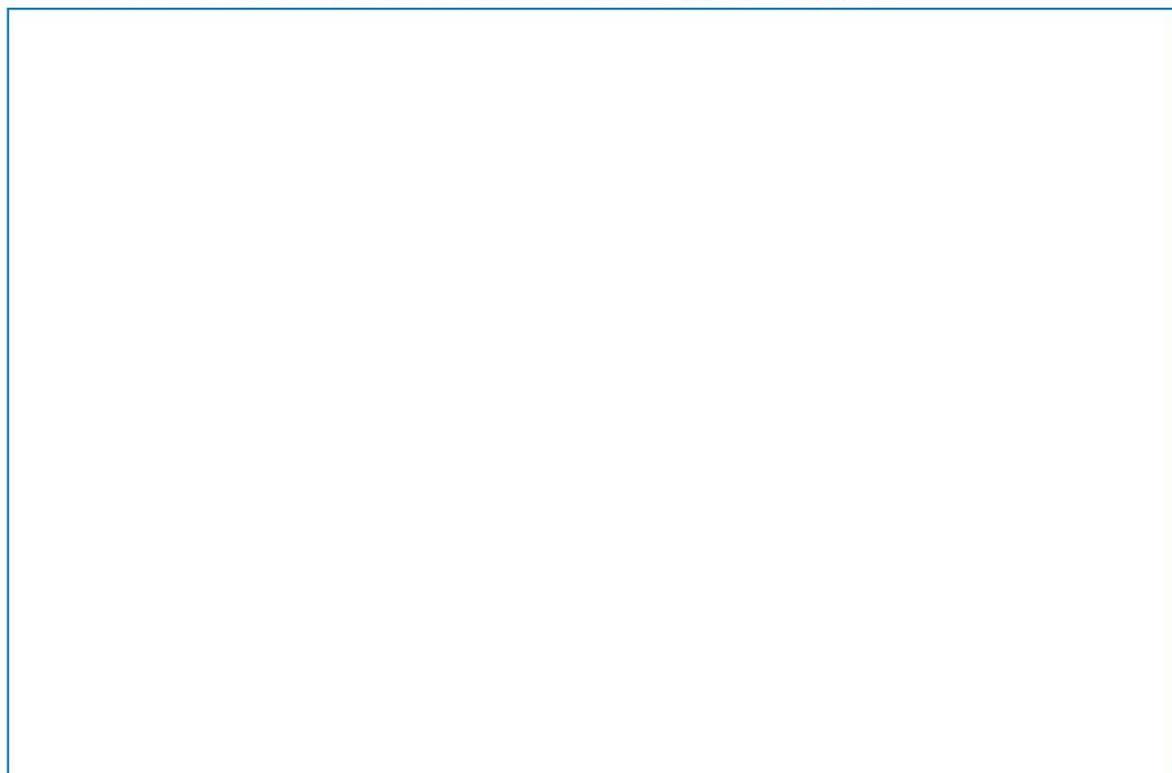
Os pontos a seguir se referem ao processo de engajamento dos *stakeholders* conduzido pela organização ao longo do período coberto pelo relatório. Esse processo não se limita, portanto, ao engajamento dos *stakeholders* implementado para a preparação do relatório de sustentabilidade.

4.14 Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização.:

- comunidades;
- sociedade civil;
- clientes;
- acionistas e provedores de capital;
- fornecedores;
- empregados, outros trabalhadores e seus sindicatos. [GRI G3: pg. 24]



4.15 Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar. [GRI G3: pg. 24]



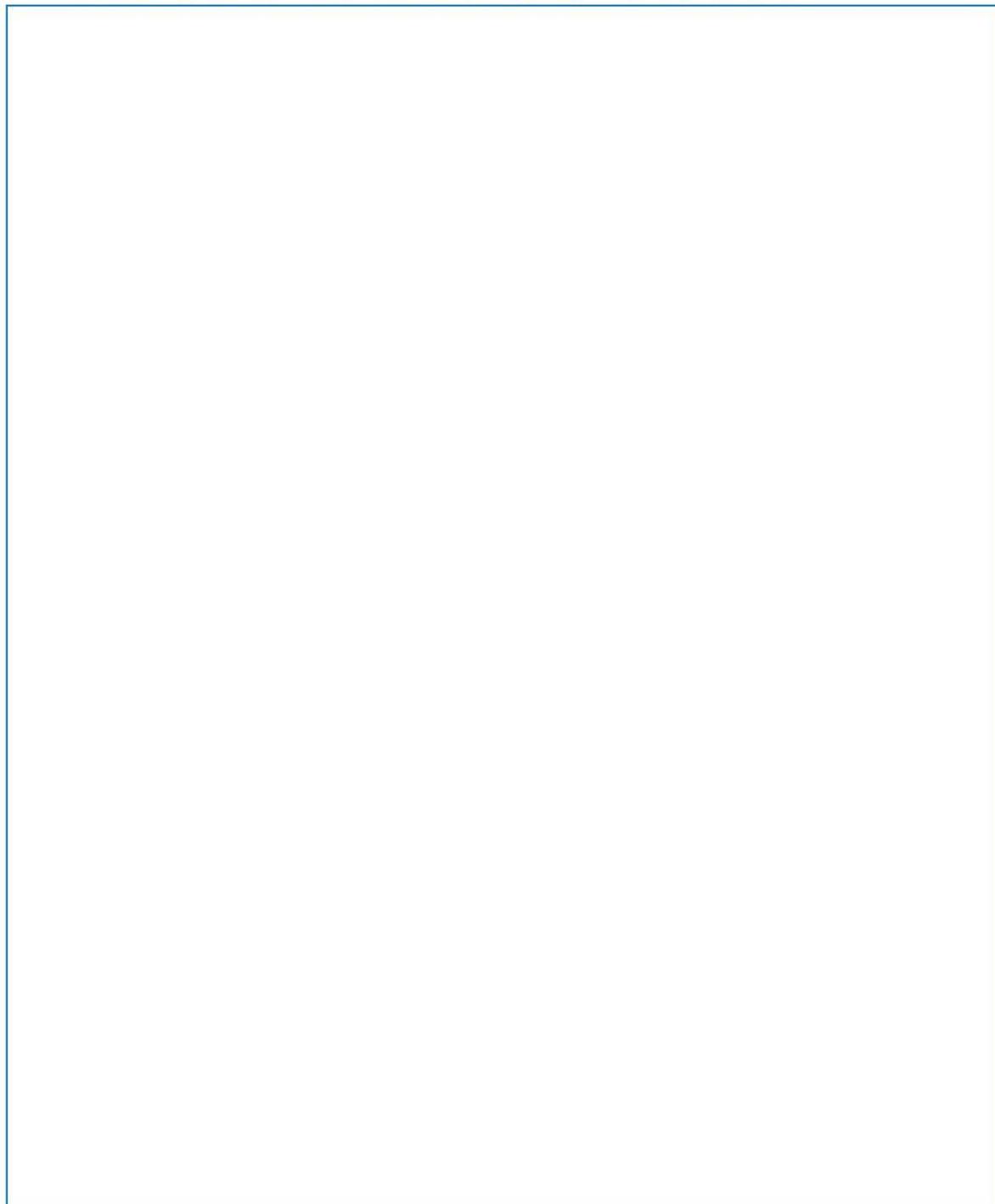
Box 4—Definição do conteúdo do relatório

3. Parâmetros para o Relatório

Escopo e Limite do Relatório

3.5 Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo:

- determinação da materialidade;
- priorização de temas dentro do relatório;
- identificação de quais *stakeholders* a organização espera que usem o relatório. [GRI G3: pg. 22]



Box 5—Dados sobre desempenho

Dados sobre desempenho. Favor consultar os Protocolos de Indicadores da GRI antes de preencher este box.

Indicador 1:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 2:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 3:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 4:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 5:

Desempenho:

Comentários:

Box 5: continuação...**Indicador 6:**

Desempenho:

Comentários:

Indicador 7:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 8:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 9:

Desempenho:

Comentários:

Indicador 10:

Desempenho:

Comentários:

Box 6—Autodeclaração (Nível de Aplicação)

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responda aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15;		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o Nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não Exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responda a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Social, Econômico e Ambiental.		Responda a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto		Responda a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao Indicador ou (b) explicando o motivo da omissão.	

* Suplemento Setorial em sua versão final

Nível de Aplicação C da GRI

Declaro neste ato que, no meu melhor entender, este relatório preenche os requisitos do Nível de Aplicação C da GRI G3.

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____

Assinatura:

Box 7— Sumário de Conteúdo da GRI

3. Parâmetros para o Relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

3.12 Tabela que identifica a localização das informações no relatório.

Identificação dos números das páginas ou *links* para páginas na internet em que podem-se encontrar os seguintes itens:

Informações sobre Estratégia e Perfil

	Página
Estratégia e Análise	
1.1 Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização	2
Perfil Organizacional	
2.1 Nome da organização	4
2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços	4
2.3 Estrutura operacional da organização	4
2.4 Localização da sede da organização	4
2.5 Número de países em que a organização opera	4
2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade	4
2.7 Mercados atendidos pela organização	4
2.8 Porte da organização relatora	5
2.9 Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	5
2.10 Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	5
Parâmetros para o Relatório	
3.1 Período coberto pelo relatório	7
3.2 Data do relatório anterior mais recente	7
3.3 Ciclo de emissão de relatórios	7

Box 7: continuação...

3.4	Dados para contato em caso de perguntas	7
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	10
3.6	Limite do relatório	7
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	8
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	8
3.10	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	8
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	8
3.12	Sumário de Conteúdo da GRI	14
Governança, Compromissos e Engajamento		
4.1	Estrutura de governança da organização	5
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	6
4.3	Declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança	6
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança	6
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	9
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	9

Box 7: continuação...**10 Indicadores de Desempenho da GRI**

Indicador da GRI Número	Descrição do Indicador	Página
		11
		11
		11
		11
		11
		12
		12
		12
		12
		12

Para maiores informações, escreva para:

Nome:

Cargo:

E-mail:



Aviso de Direitos Autorais e Marca Registrada

Os direitos autorais deste documento pertencem à fundação Global Reporting Initiative (GRI). Sua reprodução e distribuição para informações e/ ou utilização na preparação de um relatório de sustentabilidade são permitidas sem prévia autorização por parte da GRI. Entretanto, nem este documento nem qualquer parte dele poderão ser reproduzidos, arquivados, traduzidos ou transferidos, em qualquer forma ou mídia (eletrônica, mecânica, fotocopiada, gravada etc.), para qualquer outro fim sem que haja prévia autorização por parte da GRI. "Global Reporting Initiative", o logotipo da Global Reporting Initiative, "Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade" e "GRI" são marcas registradas da Global Reporting Initiative.

Mais informações sobre a GRI e as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade podem ser obtidas em:
www.globalreporting.org, info@globalreporting.org

© 2011 Global Reporting Initiative. Todos os direitos reservados

Anexo C

Lista dos relatórios de sustentabilidade cadastrados junto a GRI (Base de dados)

Organization	Country	Region	Sector
ABN AMRO Banco Real Brazil	Brazil	Latin America	Financial Services
ACSP (Associação Comercial de São Paulo)	Brazil	Latin America	Non-Profit / Services
AES Brasil	Brazil	Latin America	Energy Utilities
AES Eletropaulo	Brazil	Latin America	Energy Utilities
AES Tietê	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Alcoa Alumínio	Brazil	Latin America	Metals Products
Amanco Brazil	Brazil	Latin America	Technology Hardware
AmBev	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products
Ampla	Brazil	Latin America	Energy
Anglo American Brazil	Brazil	Latin America	Mining
Anhanguera Educacional	Brazil	Latin America	Universities
Apoena Sustentável	Brazil	Latin America	Commercial Services
Aracruz Celulose	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
ArcelorMittal Brasil	Brazil	Latin America	Metals Products
Associação Frutos do Brasil	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products
Banco Bradesco	Brazil	Latin America	Financial Services
Banco do Brasil	Brazil	Latin America	Financial Services
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	Brazil	Latin America	Financial Services
Banco Itaú Holding Financeira	Brazil	Latin America	Financial Services
Banco Santander (Brasil)	Brazil	Latin America	Financial Services
BicBanco	Brazil	Latin America	Financial Services
BM&FBOVESPA	Brazil	Latin America	Other
Bracelpa	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Braskem	Brazil	Latin America	Chemicals
BRF (Brasil Foods)	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products
Bunge Brazil	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products
C&A Brazil	Brazil	Latin America	Retailers
Caixa Economica Federal	Brazil	Latin America	Financial Services
Caixa Seguros	Brazil	Latin America	Financial Services
Carrefour Brazil	Brazil	Latin America	Retailers
CCR	Brazil	Latin America	Logistics
Celpe	Brazil	Latin America	Energy
Celulose Irani	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Cemat	Brazil	Latin America	Energy
CEMIG	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Cenibra	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Central Nacional Unimed	Brazil	Latin America	Healthcare Services
CESP	Brazil	Latin America	Energy
CGTEE	Brazil	Latin America	Energy
CHESF	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Cikel	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Citi Brazil	Brazil	Latin America	Financial Services
Coca-Cola Brasil	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products
Coelba	Brazil	Latin America	Energy
Coelce	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Comgas	Brazil	Latin America	Energy
Construtora Andrade Gutierrez	Brazil	Latin America	Construction
Copagaz	Brazil	Latin America	Energy Utilities
COPEL	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Copersucar	Brazil	Latin America	Agriculture
Copesul	Brazil	Latin America	Chemicals
Corinthians	Brazil	Latin America	Other
Cosan	Brazil	Latin America	Other
COSERN (Cia Energética do Rio Grande do Norte)	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Cosil Construções e Incorporações S.A.	Brazil	Latin America	Real Estate
CPFL Energia	Brazil	Latin America	Energy
CST Arcelor	Brazil	Latin America	Construction Materials
CTEEP	Brazil	Latin America	Energy
Daiichi Sankyo Brasil	Brazil	Latin America	Healthcare Products
DASA	Brazil	Latin America	Healthcare Services

Dedini	Brazil	Latin America	Equipment
Dow Química Brasil	Brazil	Latin America	Chemicals
Duratex	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
ECOFROTAS	Brazil	Latin America	Other
EcoRodovias	Brazil	Latin America	Other
Ecoverdi	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
EDP Energias do Brasil SA	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Elekeiroz	Brazil	Latin America	Chemicals
Elektro	Brazil	Latin America	Energy
Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras)	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Eletrobras Eletronuclear	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Eletronorte	Brazil	Latin America	Energy
Eletropaulo	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Embasa	Brazil	Latin America	Water Utilities
Embraer	Brazil	Latin America	Other
Endesa Brasil	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Endesa Cachoeira	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Endesa CIEN	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Endesa Fortaleza	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Enersul	Brazil	Latin America	Energy
Eternit	Brazil	Latin America	Construction Materials
Even Construtora e Incorporadora S.A.	Brazil	Latin America	Construction
FEBRABAN	Brazil	Latin America	Financial Services
Fibra	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Florestas	Brazil	Latin America	Household and Personal Products
FURNAS Centrais Elétricas	Brazil	Latin America	Energy
Galvão Engenharia	Brazil	Latin America	Construction
Gas Natural Brasil	Brazil	Latin America	Energy
Grupo André Maggi	Brazil	Latin America	Other
Grupo Boticário	Brazil	Latin America	Household and Personal Products
Grupo Camargo Correa	Brazil	Latin America	Construction
Grupo CPFL Energia	Brazil	Latin America	Energy
Grupo Estado	Brazil	Latin America	Media
Grupo Fleury	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Grupo MAPFRE Brasil	Brazil	Latin America	Financial Services
Grupo Orsa	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Grupo Paranaense de Comunicação (Paraná Group)	Brazil	Latin America	Media
Grupo Tiliform	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Hering	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
HMA	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Holcim Brazil	Brazil	Latin America	Construction Materials
Hospital Dr. Luiz Camargo da Fonseca e Silva	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Hospital of Cubatao	Brazil	Latin America	Public Agency
HSBC Bank Brasil	Brazil	Latin America	Financial Services
IBGC - Brazilian Institute of Corporate Governance	Brazil	Latin America	Non-Profit / Services
Indústria Romi	Brazil	Latin America	Technology Hardware
inpEV (Instituto Nacional de Processamento de	Brazil	Latin America	Agriculture
Instituto Aço Brasil	Brazil	Latin America	Construction
Instituto Ecoar para a Cidadania	Brazil	Latin America	Non-Profit / Services
Itaipu Binacional	Brazil	Latin America	Energy
Itau Unibanco: financial institute the bigger in Brazil	Brazil	Latin America	Financial Services
Itaúsa	Brazil	Latin America	Conglomerates
Itautec	Brazil	Latin America	Technology Hardware
Johnson & Johnson Brazil	Brazil	Latin America	Consumer Durables
KEY Consultoria e Treinamento	Brazil	Latin America	Other
Kimberly-Clark Brasil	Brazil	Latin America	Consumer Durables
Klabin	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
KPMG Brazil	Brazil	Latin America	Commercial Services
Light	Brazil	Latin America	Energy Utilities
Lojas Renner S.A.	Brazil	Latin America	Retailers
McDonald's Brazil	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products

Medley	Brazil	Latin America	Healthcare Products
Mendes Junior	Brazil	Latin America	Construction
Microsoft Brasil	Brazil	Latin America	Computers
Natura Cosméticos	Brazil	Latin America	Household and Personal Products
NBG	Brazil	Latin America	Financial Services
NovAmerica	Brazil	Latin America	Agriculture
Odebrecht	Brazil	Latin America	Conglomerates
Oi	Brazil	Latin America	Telecommunications
Omega Energia	Brazil	Latin America	Energy
Petrobras	Brazil	Latin America	Energy
Petros	Brazil	Latin America	Financial Services
Philips Brazil	Brazil	Latin America	Consumer Durables
Pilbara Iron	Brazil	Latin America	Mining
PREVI	Brazil	Latin America	Financial Services
Randon	Brazil	Latin America	Automotive
Rede Empresas de Energia Elétrica	Brazil	Latin America	Energy
Rede Gazeta - Espirito Santo	Brazil	Latin America	Media
Redecard	Brazil	Latin America	Financial Services
Refap	Brazil	Latin America	Energy
Reunidas	Brazil	Latin America	Logistics
Roche Brazil	Brazil	Latin America	Healthcare Products
Rossi Residencial	Brazil	Latin America	Construction
Sabesp	Brazil	Latin America	Water Utilities
Sama	Brazil	Latin America	Mining
Samarco Mineração	Brazil	Latin America	Mining
Santos e Furriela Advogados	Brazil	Latin America	Energy
Seguros Unimed	Brazil	Latin America	Other
Serasa S/A	Brazil	Latin America	Financial Services
SESI - Social Service of Brazilian Industries	Brazil	Latin America	Non-Profit / Services
Siemens - Brazil	Brazil	Latin America	Conglomerates
Sirio Libanes Hospital	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Sisema	Brazil	Latin America	Water Utilities
Sistema Fed. das Indústrias do Estado do Paraná	Brazil	Latin America	Other
Sociedade Beneficente Israelita Bra. Albert Einstein	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Souza Cruz (British American Tobacco)	Brazil	Latin America	Tobacco
State Environment and Water Resources System	Brazil	Latin America	Public Agency
SulAmérica Companhia Nacional de Seguros	Brazil	Latin America	Financial Services
Suzana Petroquímica	Brazil	Latin America	Energy
Suzano Papel e Celulose	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Syngenta Brazil	Brazil	Latin America	Agriculture
System State of the Environment of Minas Gerais	Brazil	Latin America	Public Agency
TAM	Brazil	Latin America	Aviation
Tecnisa Construtora e Incorporadora	Brazil	Latin America	Construction
Telefonica Brazil	Brazil	Latin America	Telecommunications
Tetra Pak Brasil	Brazil	Latin America	Equipment
TGI	Brazil	Latin America	Other
TIM Participações	Brazil	Latin America	Telecommunications
Tractebel Energia	Brazil	Latin America	Energy
UK Social Investment Forum	Brazil	Latin America	
ÚNICA	Brazil	Latin America	Agriculture
Unilever Brazil	Brazil	Latin America	Food and Beverage Products
Unimed Amparo	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Unimed Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Unimed Campinas	Brazil	Latin America	Tourism/Leisure
Unimed Rio	Brazil	Latin America	Healthcare Services
Unimed Vitoria	Brazil	Latin America	Healthcare Products
Universidade Feevale	Brazil	Latin America	Universities
Usina Santa Adelia	Brazil	Latin America	Agriculture
Usina São Manoel	Brazil	Latin America	Energy
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS)	Brazil	Latin America	Metals Products
V & M do Brasil	Brazil	Latin America	Metals Products

Vale	Brazil	Latin America	Mining
Vallourece & Mannesmann Tubes	Brazil	Latin America	Metals Products
Veracel	Brazil	Latin America	Forest and Paper Products
Via Gutenberg	Brazil	Latin America	Other
Vivo	Brazil	Latin America	Telecommunications
VOTORANTIM INDUSTRIAL S/A	Brazil	Latin America	Conglomerates
Wal-Mart Brasil	Brazil	Latin America	Retailers
Whirlpool Corporation	Brazil	Latin America	Conglomerates
Y. Takaoka Empreendimentos S.A.	Brazil	Latin America	Construction
Yamana Gold Brazil	Brazil	Latin America	Metals Products
Zilor	Brazil	Latin America	Energy